

# RELATÓRIO FINAL

## 2018-2021



maio 2022

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

# Índice

Introdução .....	4
Estruturação PNJ .....	7
<b>Descrição dos dados reportados por Domínios-Chave, Temas-Chave e Planos de Ação Sectoriais .....</b>	<b>7</b>
<b>Domínios-Chave.....</b>	<b>8</b>
<b>Educação Formal e Não Formal .....</b>	<b>8</b>
<b>Emprego .....</b>	<b>9</b>
<b>Habituação .....</b>	<b>10</b>
<b>Saúde .....</b>	<b>11</b>
<b>Temas-Chave .....</b>	<b>12</b>
<b>Ambiente e Desenvolvimento Sustentável .....</b>	<b>12</b>
<b>Governança e Participação.....</b>	<b>13</b>
<b>Igualdade e Inclusão Social.....</b>	<b>14</b>
<b>Outras Áreas Relevantes.....</b>	<b>15</b>
<b>Administração Interna .....</b>	<b>15</b>
<b>Agricultura (Florestas e Desenvolvimento Rural).....</b>	<b>16</b>
<b>Cultura.....</b>	<b>17</b>
<b>Defesa .....</b>	<b>17</b>
<b>Desporto .....</b>	<b>18</b>
<b>Justiça .....</b>	<b>19</b>
<b>Mar .....</b>	<b>19</b>
<b>Apresentação de medidas por estados desagregados .....</b>	<b>20</b>
<b>Medidas com comportamento-padrão ao longo da vigência do Plano.....</b>	<b>21</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>25</b>
<b>Análise e acompanhamento aos Relatórios Intercalares durante a vigência do PNJ .....</b>	<b>27</b>
<b>Lista de Abreviaturas .....</b>	<b>30</b>
<b>Anexo 1.....</b>	<b>34</b>
<b>Projetos em Destaque .....</b>	<b>34</b>
<b>Anexo II.....</b>	<b>49</b>
<b>Estado das Medidas.....</b>	<b>49</b>

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Educação Formal e Não Formal - Execução por Estado das Metas .....	9
Gráfico 2 - Emprego - Execução por Estado das Metas .....	10
Gráfico 3 - Habitação – Execução por Estado das Metas .....	11
Gráfico 4 - Saúde - Execução por Estado das Metas .....	12
Gráfico 5 - Ambiente - Execução por Estado das Metas .....	13
Gráfico 6 - Governança e Participação - Execução por Estado das Metas .....	14
Gráfico 7 - Igualdade e Inclusão Social - Execução por Estado das Metas .....	15
Gráfico 8 - Administração Interna - Execução por Estado das Metas .....	16
Gráfico 9 - Agricultura - Execução por Estado das Metas.....	16
Gráfico 10 - Cultura -Execução por Estado das Metas.....	17
Gráfico 11 - Defesa - Execução por Estado das Metas.....	18
Gráfico 12 - Desporto - Execução por Estado das Metas .....	18
Gráfico 13 - Justiça - Execução por Estado das Metas .....	19
Gráfico 14 - Mar - Execução por Estado das Metas .....	20
Gráfico 15- Execução de medidas por estados desagregados.....	20

## Introdução

A Resolução do Conselho de Ministros nº 114-A/2018, publicada em Diário da República de 4 de setembro de 2018, aprovou o Plano Nacional para a Juventude 2018-2021, enquanto instrumento político que visa a transversalidade das políticas de juventude e o reforço da proteção especial dos direitos das pessoas jovens, procurando efetivar o estipulado no artigo 70º, da Constituição da República Portuguesa.

Enquanto instrumento de coordenação intersectorial da política da Juventude em Portugal, o Plano Nacional para a Juventude (PNJ) sistematiza políticas, programas, iniciativas e projetos de, para e pela juventude, cuja responsabilidade de execução compete a diferentes áreas governativas, exigindo-se a partilha de responsabilidades e de recursos de várias entidades de âmbito nacional, regional e local.

Aquela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) designou, ainda, como entidade coordenadora do PNJ, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.), competindo-lhe:

- compilar e divulgar, anualmente, as medidas para execução do PNJ, apresentadas por cada área governativa, que lhe são remetidas em tempo;
- acompanhar as áreas governativas e entidades da Administração Pública na execução das medidas que se proponham desenvolver no âmbito do PNJ solicitando, sempre que necessário, informações sobre o respetivo processo de implementação, execução e avaliação;
- elaborar, anualmente, um relatório intercalar sobre a execução das medidas que integram o PNJ, a enviar ao membro do Governo da tutela, até 31 de janeiro de cada ano civil;
- elaborar um relatório final de execução das medidas do PNJ, até ao final do primeiro trimestre seguinte ao termo da respetiva vigência, dele dando conhecimento ao membro do governo da tutela.

De referir ainda que os relatórios de execução referidos são alvo de análise por parte da Comissão de Acompanhamento do PNJ, constituída por representantes do próprio IPDJ, I.P. (que preside), do Conselho Nacional de Juventude, da Federação Nacional de Associações Juvenis e por uma personalidade de reconhecido mérito no setor, designada pelo membro do Governo responsável por esta área.

Assim, nos termos do nº 7, alínea d), daquela Resolução do Conselho de Ministros, foi nomeada como personalidade de reconhecido mérito a Doutora Magda Lalandia Mira Nico, atendendo à sua experiência no setor, através do Despacho nº 11/2019, do Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, publicado em Diário da República, a 2 de janeiro de 2019.

O IPDJ, I.P. assume ainda um acompanhamento permanente da execução das medidas que integram o PNJ, por meio de contactos regulares com as diferentes áreas governativas/ entidades envolvidas, através de reuniões com os respetivos pontos focais (quer conjuntas, quer individualmente) e de contactos via *e-mail* e/ou telefónicos, sempre que necessário.

Este processo de acompanhamento e monitorização imprime uma gestão ativa e dinâmica da execução do PNJ, permitindo uma atuação atempada, sempre que se verifiquem desvios/constrangimentos ao cumprimento dos indicadores e/ou metas definidas.

A este nível, reforça-se que a experiência relativa à elaboração dos relatórios intercalares do PNJ, revela que a data de 31 de janeiro, prevista em RCM como o prazo para a apresentação dos relatórios à tutela, se apresenta como prematura, atendendo, não apenas aos procedimentos a desenvolver referentes à recolha, tratamento e análise dos dados (quantitativos e qualitativos), mas também às dinâmicas internas de cada entidade, que não possuem dados tratados relativos ao ano em análise para envio na primeira quinzena do ano seguinte, ao IPDJ, I.P..

Acresce que o parecer da Comissão de Acompanhamento do PNJ aos relatórios intercalares reforça a necessidade de “deslocação oficial do calendário dos relatórios e pareceres”, recomendando a alteração do prazo de recolha de informação e tratamento da mesma para o fim do primeiro trimestre/início do segundo trimestre de cada ano, o que iria contribuir para melhorar o processo de recolha e análise dos dados e, conseqüentemente, a elaboração dos respetivos relatórios intercalares.

Assim, para a versão do relatório final que se pretende o mais completo e rigoroso possível, o prazo de receção de reportes estendeu-se até meados de março, data em que se fechou o prazo para receção de informação.

No presente relatório, importa igualmente destacar alguns aspetos com impacto na execução do Plano Nacional para a Juventude.

Em 2020, o mundo foi surpreendido por um acontecimento inesperado que permanece até hoje, a pandemia COVID-19, a qual veio a marcar de forma indelével as sociedades do mundo globalizado. Numa altura em que ganha visibilidade quer a interdependência dos países quer a natureza multidimensional das crises, a pandemia tornou-se à escala global num dos maiores desafios da humanidade desde a II Guerra Mundial.

Numa lógica de proteção individual e comunitária, toda a vivência social foi marcada pelas novas regras nomeadamente de distanciamento social, as quais vêm a impactar severamente em toda a atividade programada.

O PNJ não foi exceção e viu grande parte das medidas que o integram, serem canceladas ou concluídas apenas parcialmente, não vendo cumpridas as metas propostas em sede de planeamento.

Não menos importante foi o contexto político no qual o primeiro PNJ decorreu, isto é, durante a sua vigência assistimos a duas eleições legislativas (2019 e 2022) com a normal reorganização de áreas governativas e disrupção nas atividades regulares dos serviços.

A elaboração do presente relatório tem subjacente o reporte das Áreas Governativas/entidades envolvidas no PNJ, que abaixo se apresentam.

Área de Governo	Entidade
Educação	Direção-Geral da Educação
	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
	Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência
	ANQEP, I.P.
Administração Interna	Guarda Nacional República (GNR)
	Polícia de Segurança Pública (PSP)
	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
Agricultura	Gabinete do Ministro
Ambiente e Ação Climática	Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Gabinete do Ministro CTES
Cultura	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
Defesa Nacional	Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional
	Direção Geral de Recursos de Defesa Nacional
Economia e da Transição Digital	Ministério da Economia
Finanças	Divisão de Governação Económica do Departamento de Política e Governação Europeia do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Justiça	PGR – Procuradoria-Geral da República
	Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
	Direção Geral Política e Justiça
Mar	Direção Geral de Política do Mar
Negócios Estrangeiros	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Planeamento	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
Presidência	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
	Alto Comissariado para as Migrações
	Agência para a Modernização Administrativa
Saúde	Direção Geral da Saúde
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Instituto de Emprego e Formação Profissional
	Instituto da Segurança Social
	Instituto Nacional para a Reabilitação
	Gabinete da Secretaria de Estado IPD
Infraestruturas e Habitação	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

## Estruturação PNJ

Apresentam-se, de seguida, os dados globais relativos às medidas do PNJ, organizados por **Domínios-Chave** - Educação Formal e Não Formal, Emprego, Habitação, Saúde; **Temas-Chave** - Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Governança e Participação, Igualdade e Inclusão Social - e **Planos de Ação Sectoriais**, delineados pelas áreas governativas da Administração Interna, Agricultura, Cultura, Defesa, Desporto, Justiça e Mar.

A sua estrutura inclui, ainda, as prioridades de cada eixo e os respetivos objetivos estratégicos, aos quais correspondem os objetivos operacionais. Por sua vez, estes estão associados a um conjunto de medidas, cuja responsabilidade de execução compete a diferentes áreas governativas, muitas delas exigindo uma partilha de responsabilidades e de recursos de várias entidades de âmbito nacional, regional e local. Para cada medida/ atividade encontram-se associados indicadores de execução e respetiva meta anual.

A cada medida que integra o PNJ está associado um ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - que visa prosseguir, o que nos revela que o PNJ configura, na prática, o principal instrumento de prossecução e implementação dos ODS no contexto nacional em matérias de políticas de Juventude.

Na construção do PNJ, a questão dos ODS foi colocada por diferentes grupos de interessados, designadamente pelos/as jovens, razão pela qual se dá particular destaque no Plano, com preponderância dos ODS 17 – Estabelecimento do Parcerias para a Implementação dos Objetivos, ODS 3 – Saúde de Qualidade, ODS 10 – Reduzir as Desigualdades e ODS 4 – Educação de Qualidade.

De referir ainda que foi feito o exercício de verificação de concordância com os 19 compromissos assumidos na Declaração Lisboa +21 sobre Políticas e Programas para a Juventude, resultante da Conferência Mundial de Ministros responsáveis pela Juventude 2019 e o Fórum da Juventude, realizados nos dias 22 e 23 de junho de 2019, em Lisboa.

## Descrição dos dados reportados por Domínios-Chave, Temas-Chave e Planos de Ação Sectoriais

De acordo com a resolução do Conselho de Ministros 114-A/2018 a avaliação do Plano Nacional para a Juventude pressupõe a elaboração anual de um relatório intercalar assim como um relatório final de execução das medidas do PNJ, até ao final do primeiro trimestre seguinte ao termo da respetiva vigência do plano.

Sobre esta matéria, importa salientar que a metodologia de análise de dados foi diferenciada no relatório final face à adotada nos relatórios intercalares.

Os relatórios intercalares, centraram-se no estado em que se encontravam as medidas no final do ano em análise, alertando para a necessidade de ajustes ou investimento nas medidas não concretizadas (por motivos diversos), colocando a tónica na necessidade de concretização, mesmo que posteriormente à meta para a qual se previu inicialmente a sua execução. O Relatório final, por sua vez, centra-se no estado das metas, isto é, no cumprimento efetivo ou não das metas traçadas para cada medida.

Os níveis de execução dos relatórios respeitam, portanto, no relatório intercalar sobretudo ao estado das medidas e no relatório final ao estado das metas.

Foram definidos, para avaliação do estado da meta, quatro estados, a saber:

- Cumprida: Nesta categoria cabem todas as medidas cujas metas foram cumpridas ou superadas;
- Parcialmente executada: Nesta Categoria cabem todas as medidas que pese embora as metas não tenham sido alcançadas, obtiveram alguma execução;
- Não cumprida: Nesta categoria cabem todas as medidas sem qualquer execução;
- Sem reporte: Nesta categoria cabem todas as medidas sem reporte em qualquer um dos anos, para os quais tinham sido previstas metas.

Os dados apresentados seguem a organização por **Domínios-Chave**, **Temas-Chave** e **Planos de Ação Sectoriais**.

## Domínios-Chave

### Educação Formal e Não Formal

**Prioridade:** *Garantir a efetivação do direito ao ensino e à educação numa perspetiva holística e inclusiva, designadamente aproximando os domínios das aprendizagens não formal e informal ao sistema educativo formal, centrando-se no desenvolvimento e reconhecimento de competências, com vista à integração das pessoas jovens na vida ativa e ao exercício da cidadania e da participação cívica, considerando as suas condições específicas.*

Atendendo à importância que a Educação, seja ela de âmbito formal ou não formal, assume na vida de cada cidadão, o domínio da educação formal e não formal apresenta-se como uma área muito presente na vida dos/as jovens, desde logo no sentido da procura de possíveis caminhos a trilhar, aos quais a escola, no sentido mais formal, ou outras entidades, no sentido não formal, procuram dar resposta.

A educação formal é a que ocorre no sistema regular de ensino, tendo currículos e regras de certificação definidas. Pelo contrário, a educação não-formal ocorre fora do sistema de ensino. É voluntária, baseando-se na motivação intrínseca para a aprendizagem.

A educação é, por isso, uma conjugação dos diferentes tipos de educação, aprendizagens e conhecimentos que ao longo da vida formam o/a cidadão/ã, enquanto ser único.

No âmbito do PNJ, e salvaguardando a importância da educação formal no processo formativo dos/as jovens, pretende-se promover a valorização e o reconhecimento das aprendizagens não formais e informais na certificação das/os estudantes, conscientes da sua influência no desenvolvimento escolar, pessoal, social, cultural, entre outros, de cada pessoa.

Com essa finalidade, no período temporal de 2018-2021, foram associadas a este Domínio-Chave 32 medidas, distribuídas pelas seguintes áreas governativas: Educação, Presidência, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Negócios Estrangeiros, Cultura e Mar.

De realçar que a Medida nº 17, não teve sequência, em virtude de não ter sido identificado o Organismo com competências naquela área de trabalho, particular.

Neste Domínio-chave, destacam-se as medidas Parcialmente *executadas e Cumpridas* com valores absolutos de 11 e 10 e valores percentuais de 34% e 31%, respetivamente.

As medidas Cumpridas compreendem as medidas com metas atingidas e superadas, pelo que neste domínio, das 10 medidas cumpridas, 5 foram atingidas e 5 foram superadas.

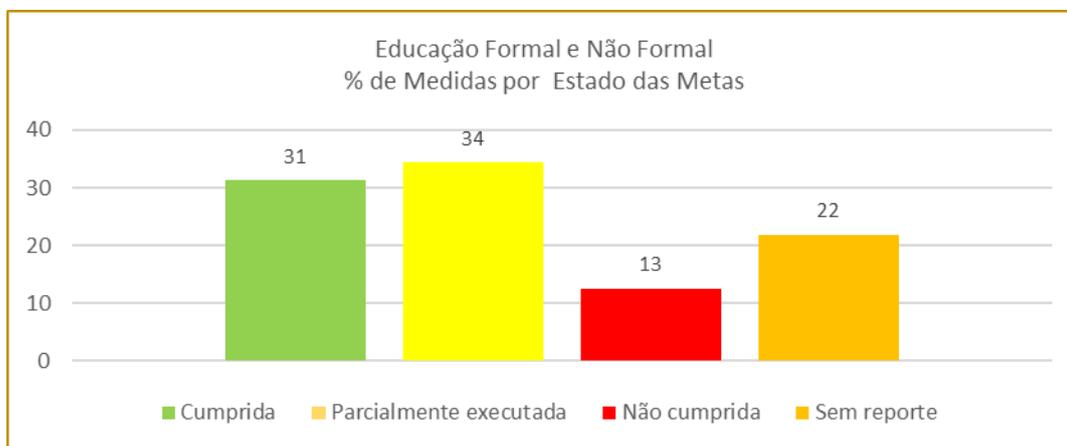


Gráfico 1 - Educação Formal e Não Formal - Execução por Estado das Metas

O ano de 2021 foi especialmente prejudicado, pela ausência de reporte da área governativa da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Em termos de execução, e considerando as medidas com estados de meta Cumprida e Parcialmente executada, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (32), é possível apurar uma execução de 66%.

## Emprego

**Prioridade:** Promover a efetivação do direito ao emprego digno e inclusivo, generalizando um mais rápido e melhor acesso ao primeiro emprego combatendo a precaridade, com vista à sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens.

De acordo com estudos recentes, o desemprego e o acesso ao primeiro emprego configuram duas grandes preocupações das/os jovens portugueses. Considerando as habitualmente mais elevadas taxas de desemprego jovem face ao total da população, estas são também preocupações dos Governos, que têm vindo a desenvolver medidas e programas que contribuam para inverter esta situação.

Com essa finalidade, no período temporal de 2018-2021, foram associadas a este Domínio-Chave 15 medidas, distribuídas pelas áreas governativas da Educação, dos Negócios Estrangeiros, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e das Finanças.

Neste Domínio-chave, destacam-se as medidas Parcialmente *executadas e Cumpridas* com valores absolutos de 7 e valores percentuais de 47%, cada.

É ainda de referir que das 7 medidas cumpridas 2 foram atingidas e 5 foram superadas.

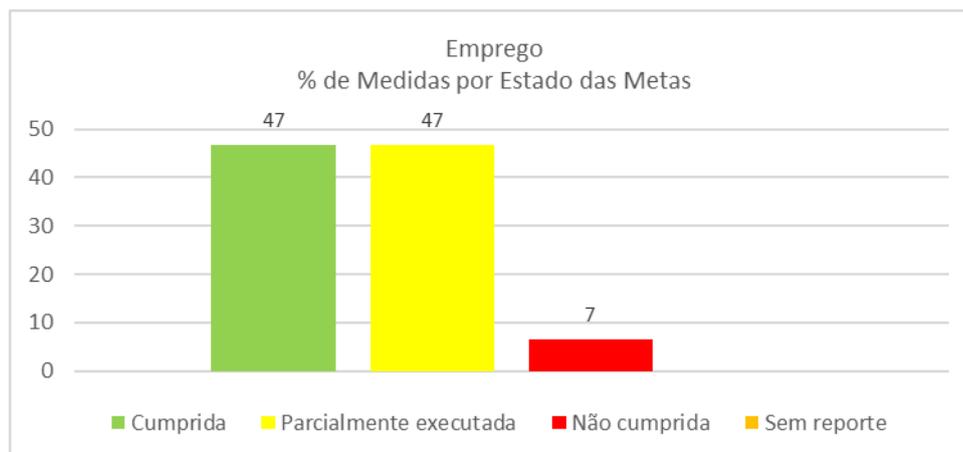


Gráfico 2 - Emprego - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução e considerando as medidas com estados de meta *Cumprida* e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (15), é possível apurar uma execução de 93%.

## Habituação

**Prioridade:** Promover a efetivação do direito à habitação, garantindo o acesso das pessoas jovens a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, contribuindo para a sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens e para um maior grau de liberdade na mobilidade estudantil, profissional e familiar.

A habitação, ou o acesso a ela, é outra das preocupações dos/as jovens em Portugal, que cruza com outras problemáticas sociais, como seja o desemprego, o trabalho precário, assim como os preços de mercado (quer para compra, quer para arrendamento).

Esta situação tem reflexos decisivos na independência das pessoas jovens, bem como na sua estabilidade pessoal e familiar.

Não menos importantes, são as dificuldades associadas à mobilidade dos/as estudantes do ensino superior, os/as quais enfrentam grandes dificuldades em suportar os preços de mercado do arrendamento.

Com essa finalidade foram associadas a este Domínio-Chave 6 medidas, distribuídas pelas seguintes áreas governativas: Educação, Infraestruturas e da Habitação e Ambiente e Transição Energética.

Neste Domínio-chave, as medidas *Cumpridas* e *Parcialmente executadas* apresentam valores absolutos de 5 e 1 e valores percentuais de 83% e 17%, respetivamente.

É ainda de referir que das 5 medidas cumpridas, 3 foram atingidas e 2 foi superada.

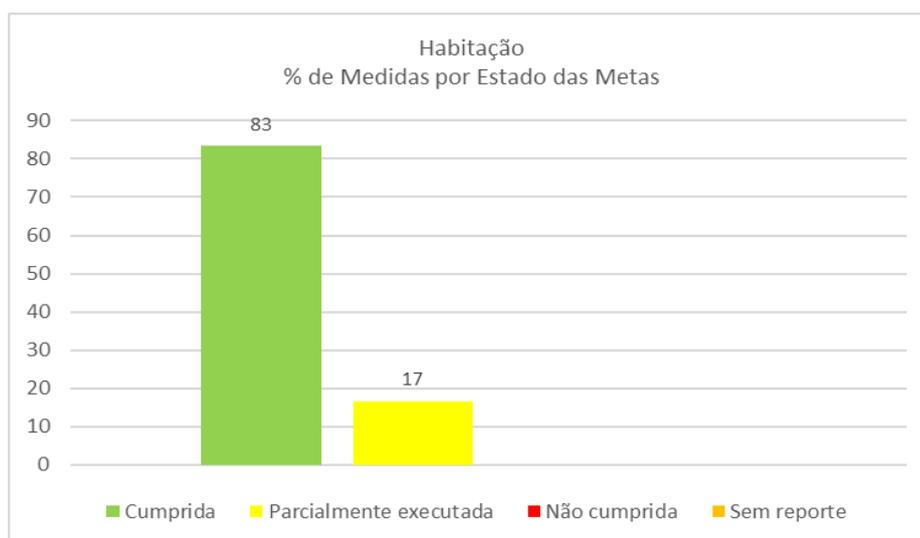


Gráfico 3 - Habitação – Execução por Estado das Metas

Em termos de execução e considerando as medidas com estados de meta *Cumprida* e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (6), é possível apurar uma execução de 100%.

## Saúde

**Prioridade:** Garantir a efetivação do direito à saúde, tendo em consideração as dimensões bio-psico-sociais particulares desta fase da vida na promoção de políticas e programas de saúde e de um estilo de vida saudável, com vista ao bem-estar das pessoas jovens e à aquisição de competências que potenciem a qualidade de vida adulta

O bem-estar e a saúde da população jovem adquirem uma importância particular, nesta fase, exigindo-se dos serviços respostas de proximidade e adequadas às necessidades.

Do ponto de vista da saúde interessa, também nos/as jovens, apoiar, educar, proteger e prevenir, contribuindo para a adoção de estilos de vida saudáveis, determinantes para um desenvolvimento saudável e bem-estar, presente e futuro.

Para garantir o efetivo direito à saúde, estão inscritas no PNJ um conjunto de medidas/ atividades, dirigidas a jovens.

Com essa finalidade foram definidas 13 medidas associadas a este Domínio-Chave, distribuídas pelas seguintes áreas governativas: Saúde, Educação e Administração Interna.

Neste Domínio-chave, destacam-se as medidas *Cumpridas* com valor absoluto de 9 e valor percentual de 69%. As medidas *Parcialmente Executadas* e *Não Cumpridas* apresentam valores de 3 e 1 medidas, respetivamente com um peso percentual de 23% e 8%, respetivamente.

É ainda de referir que das 9 medidas cumpridas, 4 foram atingidas e 5 foram superadas.

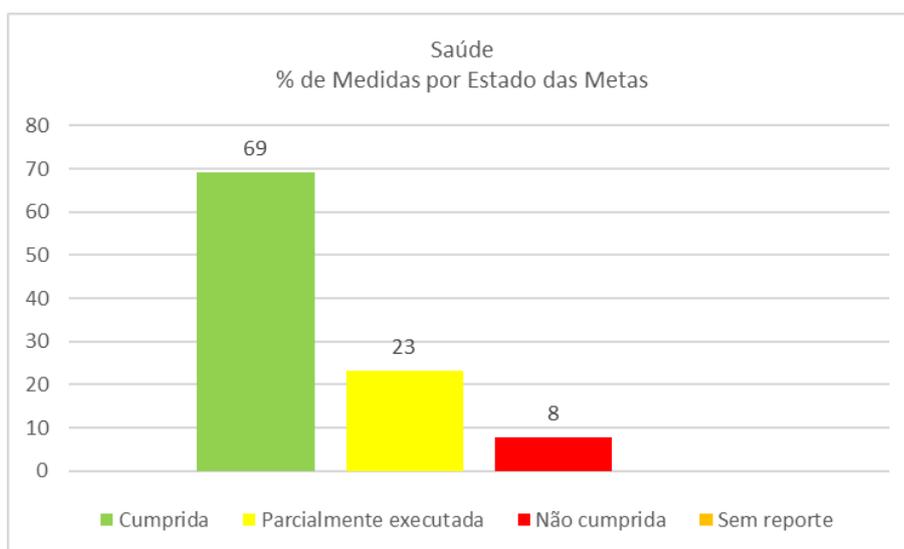


Gráfico 4 - Saúde - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução e considerando as medidas com estados de meta *Cumprida* e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (13), é possível apurar uma execução de 92%.

## Temas-Chave

### Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Prioridade:** Garantir o envolvimento e a participação das pessoas jovens no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, assegurando, da mesma forma, que estes encontram ações, medidas e objetivos inclusivos desenvolvidos para e com pessoas jovens, monitorizando e avaliando o seu impacto na juventude.

Um dos grandes desafios que as sociedades enfrentam atualmente consiste na preservação do Ambiente, assente num modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Educar para o desenvolvimento sustentável é um investimento no futuro, no qual os/as jovens têm um papel da maior relevância enquanto agentes de mudança de mentalidades, de comportamentos e de atitudes face ao ambiente, permitindo criar um mundo mais seguro e mais saudável, com reflexos na melhoria da qualidade de vida das populações.

Torna-se, por isso, imprescindível promover nas pessoas jovens uma cultura de cidadania (consciente, dinâmica e informada) e a participação cívica ativa, face às problemáticas ambientais da atualidade.

Com essa finalidade foram associadas 6 medidas a este Domínio-Chave (eram inicialmente 7 tendo uma medida sido cancelada), distribuídas pelas seguintes áreas governativas: Educação, Ambiente e Transição Energética, Administração Interna, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Ambiente e Ação Climática.

Neste Domínio-chave, as medidas Parcialmente *Executadas* apresentam valor absoluto de 6 e valor percentual de 100%.

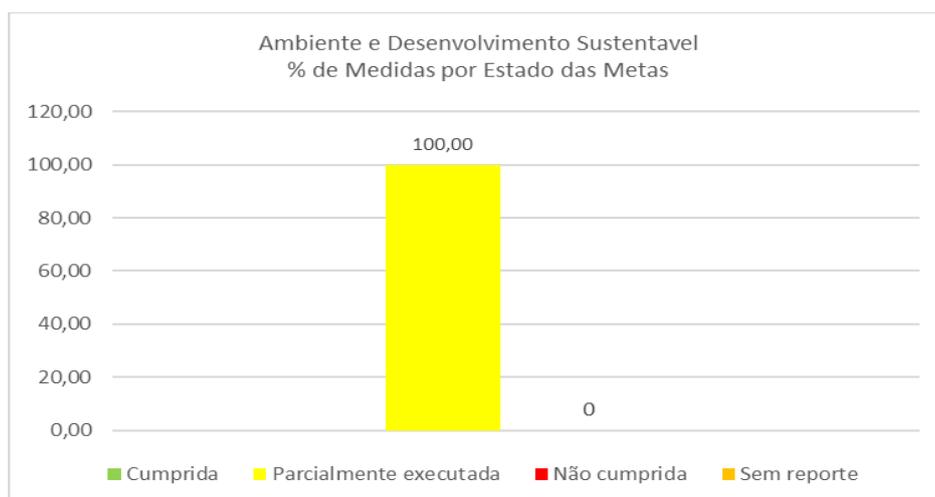


Gráfico 5 - Ambiente - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução e considerando as medidas com estado *parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (6), é possível apurar uma execução de 100%.

## Governança e Participação

**Prioridade:** Promover práticas de governança multinível, inclusivas, participadas e participativas, com vista ao reforço institucional das políticas de juventude.

Afirmar a centralidade da democratização da sociedade, coloca uma série de desafios à administração pública, nomeadamente a necessidade de aproximação dos/as cidadãos/às políticas públicas, participando ativa e diretamente, de forma a influenciar os processos de decisão, em matérias que lhes dizem respeito.

A mobilização social é um processo complexo, que não se compadece com simples apelos à participação. No âmbito do PNJ, definiram-se medidas/atividades de incentivo aos/às jovens a serem mais interventivos, de exercerem os seus direitos, mas também os seus deveres e responsabilidades para com o bem comum.

Esta abordagem compromete os/as cidadãos/ãs e, neste caso concreto, os/as jovens, na discussão e planeamento de serviços públicos, nos problemas existentes e na participação das soluções, com o objetivo de melhorarem a sociedade onde vivem.

Com essa finalidade, foram associadas 45 medidas a este Domínio-Chave, distribuídas pelas seguintes áreas governativas: Educação, Presidência, Administração Interna, Justiça, Negócios Estrangeiros, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Neste Domínio-chave, destacam-se as medidas *Cumpridas* e *Parcialmente executadas*, com valores absolutos de 32 e 7 e valores percentuais de 71% e 16%, respetivamente.

É ainda de referir que das 32 medidas cumpridas, 12 foram atingidas e 20 foram superadas.

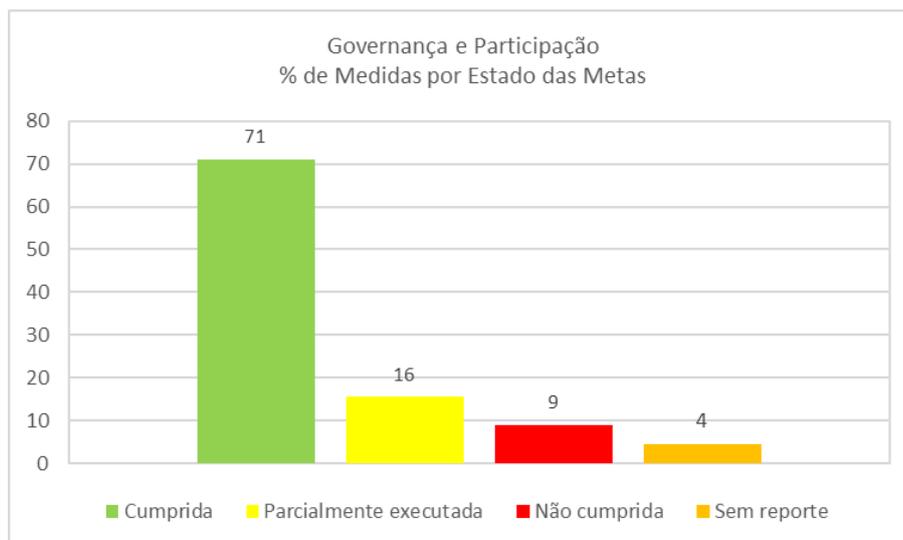


Gráfico 6 - Governança e Participação - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução e considerando as medidas com estado Cumprida e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (45), é possível apurar uma execução de 87%.

## Igualdade e Inclusão Social

**Prioridade:** Promover a efetivação do direito à igualdade e inclusão social de todas as pessoas jovens, combatendo a exclusão social e todas as formas de desigualdade e discriminação.

O tema da Igualdade e Inclusão Social está intimamente relacionado com direitos humanos e igualdade de oportunidades, exigindo-se, por isso, a definição de medidas que garantam a participação igualitária por todas as pessoas, em todas as esferas da sociedade: saúde, educação, habitação, trabalho, etc.

As políticas de inclusão social têm como desiderato o esbatimento das desigualdades e da exclusão social e a construção de uma sociedade mais justa, cabendo a cada um de nós, uma quota-parte de responsabilidade neste desígnio.

É com esta perspetiva que o PNJ integra medidas/atividades, dirigidas aos/às jovens, que promovem o respeito pela diferença, que criam acessibilidades e oportunidades e garantem a participação social, a vivência e a convivência na diversidade.

Com essa finalidade, foram associadas 38 medidas a este Domínio-Chave, distribuídas pelas seguintes áreas governativas: Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Educação, Justiça, Presidência, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Administração Interna e Negócios Estrangeiros.

Neste Domínio-chave, destacam-se as medidas *Cumpridas* e *Parcialmente executadas*, com valores absolutos de 21 e 13 e valores percentuais de 55% e 34%, respetivamente.

É ainda de referir que das 21 medidas cumpridas, 9 foram atingidas e 12 foram superadas.

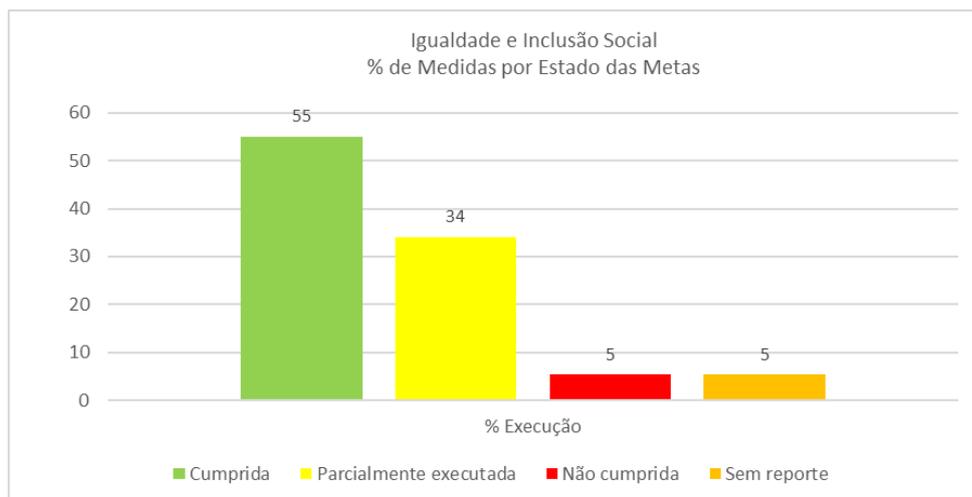


Gráfico 7 - Igualdade e Inclusão Social - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução e considerando as medidas com estado *Cumprida* e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (38), é possível apurar uma execução de 89%.

## Outras Áreas Relevantes

Considerando a multidimensionalidade da realidade juvenil e, em sentido contrário, as formas mais tradicionais de gestão, a intervenção na área da Juventude constitui hoje um desafio multidimensional, que implica necessariamente a articulação de diferentes áreas que, de forma conjunta, possam garantir a abordagem transversal, necessária para a construção de políticas públicas capazes de responder de forma eficaz às necessidades dos jovens.

São enquadradas nas “outras áreas relevantes”, as medidas das diferentes áreas governativas que consolidam a transversalidade das políticas da juventude, designadamente nas áreas da administração interna, da agricultura, florestas e desenvolvimento rural, da cultura, da defesa, do desporto, da justiça e do mar.

### Administração Interna

Analisando o período temporal de 2018-2021, existiram 17 medidas associadas a este Domínio-Chave, distribuídas pelas seguintes áreas Governativas: Administração Interna, Educação, Saúde, Presidência, Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança e Social.

Neste Domínio-chave, destacam-se as medidas *Cumpridas* e *Parcialmente executadas* com valores absolutos de 13 e 3 e valores percentuais de 76% e 18%, respetivamente.

É ainda de referir que das 13 medidas cumpridas, 4 foram atingidas e 9 foram superadas.

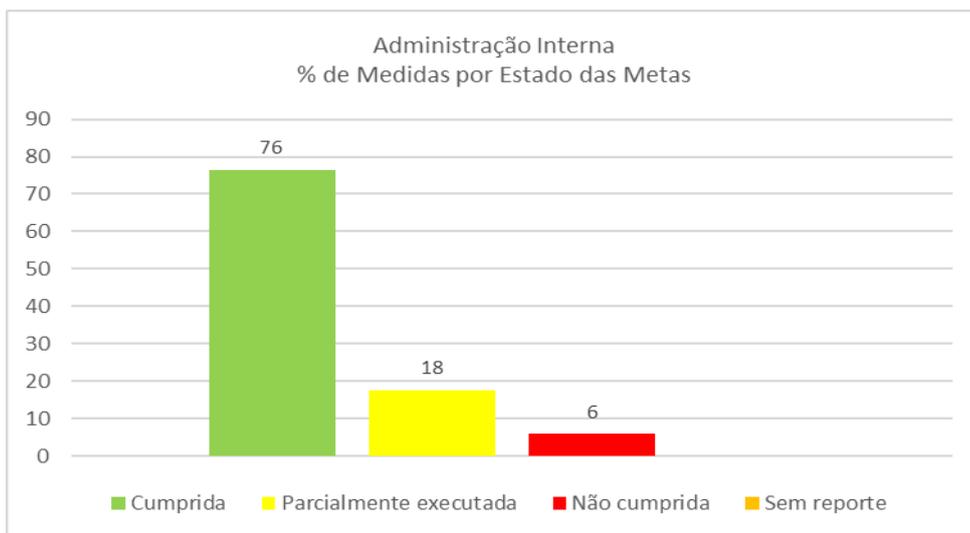


Gráfico 8 - Administração Interna - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução e considerando as medidas com estado Cumprida e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (17), é possível apurar uma execução de 94%.

### Agricultura (Florestas e Desenvolvimento Rural)

Analisando o período temporal de 2018-2021, existiram 12 medidas associadas a este Domínio-Chave, assumidas, apenas, pela área governativa da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Neste Domínio-chave, destacam-se as medidas *Cumpridas* e *Parcialmente executadas*, com valores absolutos de 7 e 4 e valores percentuais de 58% e 33%, respetivamente.

É ainda de referir que das 7 medidas cumpridas, 1 foi atingida e 6 foram superadas.

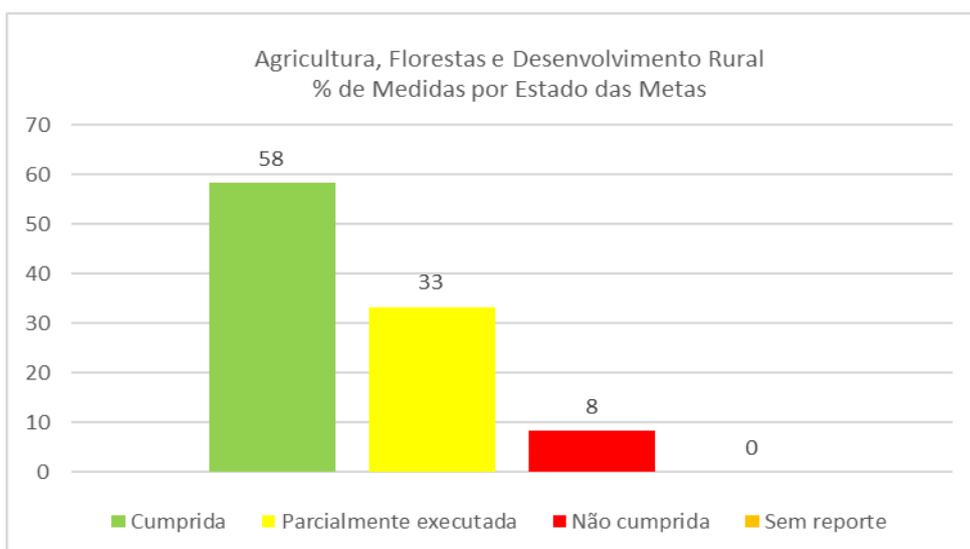


Gráfico 9 - Agricultura - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução, e considerando as medidas com estado Cumprida e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (12), é possível apurar uma execução de 92%.

## Cultura

Analisando o período temporal de 2018-2021, existiram 12 medidas associadas a este Domínio-Chave, distribuídas pela Cultura e Educação.

Neste Domínio-chave, as medidas *Cumpridas* e *Parcialmente executadas* apresentam valores absolutos de 9 e 3 e valores percentuais de 75% e 25%, respetivamente.

É ainda de referir que das 9 medidas cumpridas, 1 foi atingida e 8 foram superadas.

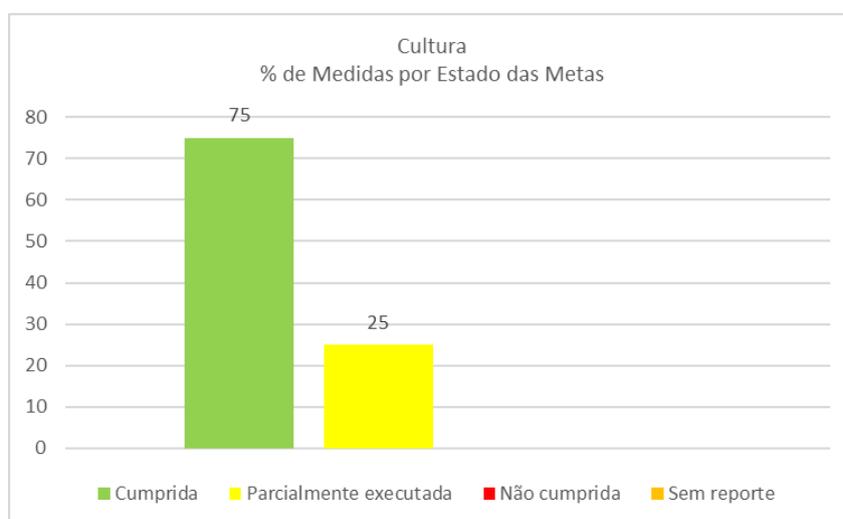


Gráfico 10 - Cultura -Execução por Estado das Metas

Em termos de execução e considerando as medidas com estado Cumprida e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (12), é possível apurar uma execução de 100%.

## Defesa

Analisando o período temporal de 2018-2021, existiram 13 medidas associadas a este Domínio-Chave (eram inicialmente 15 tendo duas medidas sido canceladas), distribuídas pelas seguintes áreas governativas: Educação, Defesa Nacional e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Neste Domínio-chave, destacam-se as medidas *Cumpridas* e *Parcialmente executadas*, com valores absolutos de 3 e 9 e valores percentuais de 23% e 69%, respetivamente.

É ainda de referir que das 3 medidas cumpridas, 2 foram atingidas e 1 foram superadas.

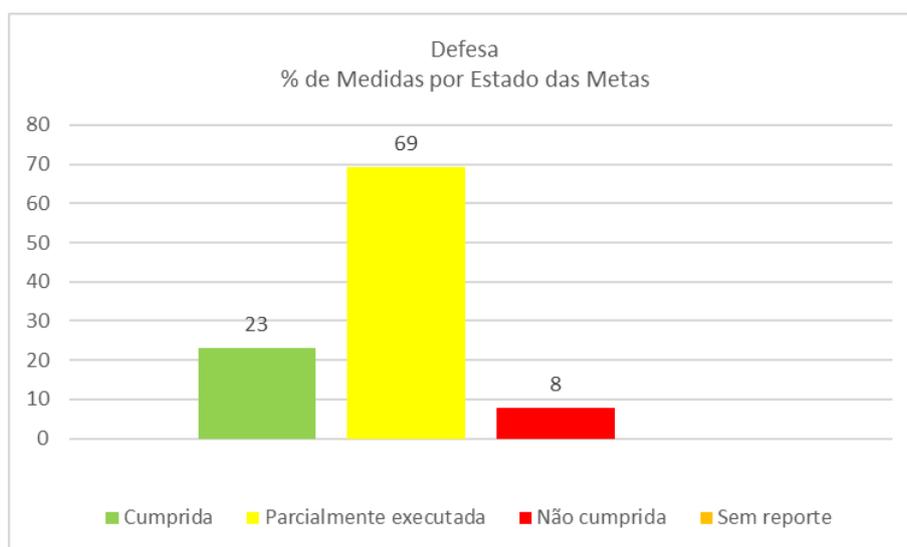


Gráfico 11 - Defesa - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução, e considerando as medidas com estado Cumprida e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (13), é possível apurar uma execução de 92%.

## Desporto

Analisando o período temporal de 2018-2021, existiram 15 medidas associadas a este Domínio-Chave (eram inicialmente 16 tendo 1 medida sido cancelada), distribuídas pelas seguintes áreas governativas: Educação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Neste Domínio-chave, destacam-se as medidas *Cumpridas* e *Parcialmente executadas*, com valores absolutos de 10 e 4 valores percentuais de 67% e 27%, respetivamente.

É ainda de referir que das 10 medidas cumpridas, 2 foi atingida e 8 foram superadas.

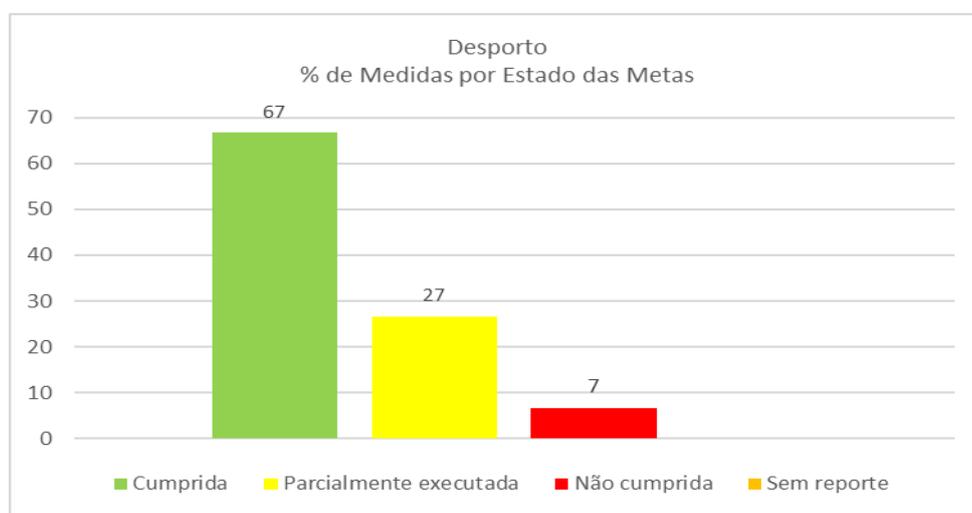


Gráfico 12 - Desporto - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução, e considerando as medidas com estado Cumprida e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (15), é possível apurar uma execução de 93%.

## Justiça

Analisando o período temporal de 2018-2021, existiram 4 medidas associadas a este Domínio-Chave (eram inicialmente 7 tendo três medidas sido canceladas), atribuídas à área da Justiça.

Neste Domínio-chave, destacam-se as medidas *Não Cumpridas* e *Parcialmente executadas*, com valores absolutos de 3 e 1 e valores percentuais de 75% e 25%, respetivamente.

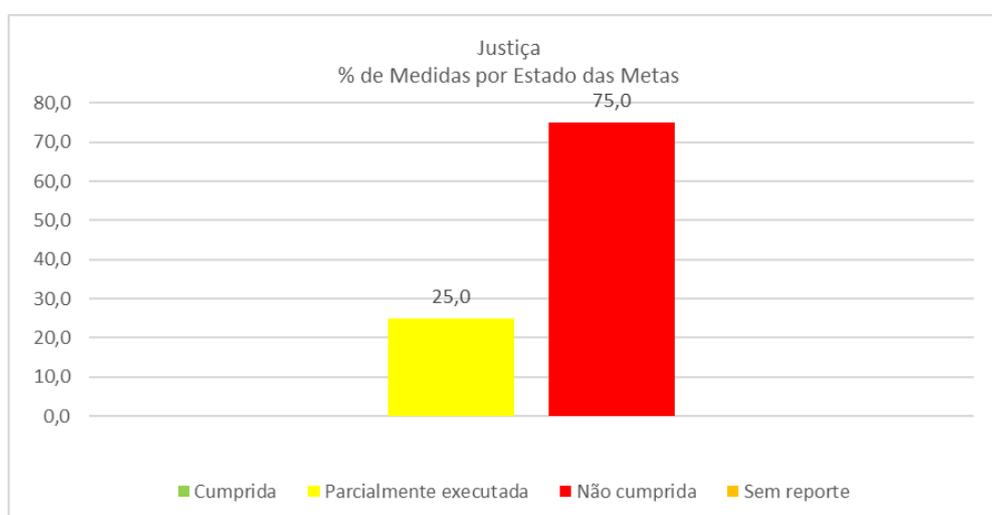


Gráfico 13 - Justiça - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução, e considerando as medidas com estado *parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (4), é possível apurar uma execução de 25%.

## Mar

Analisando o período temporal de 2018-2021, existiram 11 medidas associadas a este Domínio-Chave (eram inicialmente 12 medidas tendo 1 sido cancelada), distribuídas pelas seguintes áreas governativas: Mar, Educação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Neste Domínio-chave, as medidas *Cumpridas* e *Parcialmente executadas* apresentam valores absolutos de 4 e 7 e valores percentuais de 36% e 64%, respetivamente.

É ainda de referir que das 4 medidas cumpridas 1 foram atingidas e 3 foram superadas.

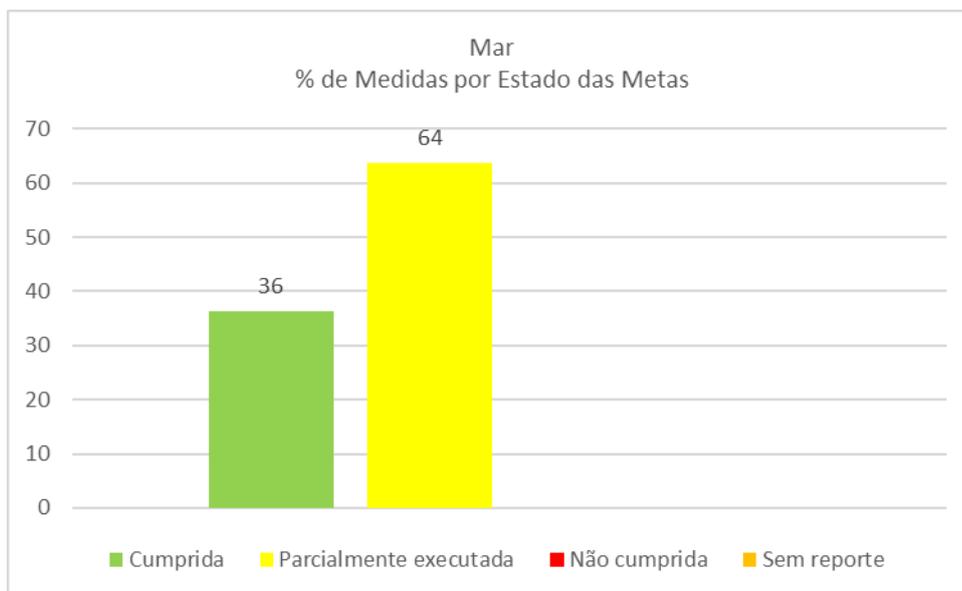


Gráfico 14 - Mar - Execução por Estado das Metas

Em termos de execução e considerando as medidas nos estados Cumprida e *Parcialmente executada*, face ao universo total de medidas previstas para este Domínio-chave (11), é possível apurar uma execução de 100%.

## Apresentação de medidas por estados desagregados

O gráfico infra reflete a execução de medidas, desagregada segundo os diferentes níveis de execução/classificações, distinguindo, entre as medidas cumpridas, qual a percentagem de atingidas e superadas, sabendo que as medidas parcialmente executadas são as que, tendo algum nível de execução, não atingiram, na sua plenitude, a meta inicialmente traçada.

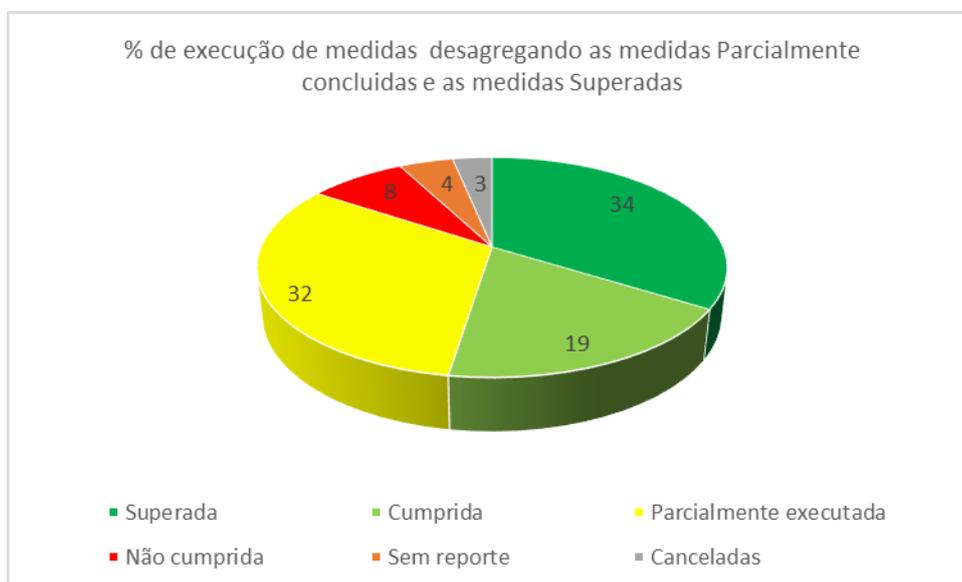


Gráfico 15- Execução de medidas por estados desagregados

De acordo com os dados recolhidos é possível perceber que a maioria das medidas foram superadas ou cumpridas, a saber 34% e 19% respetivamente. No total das metas esperadas, há ainda a registar 32% de medidas que pese embora não tendo atingido a meta inicialmente traçada, tiveram alguma execução, o que remete para 16% as medidas sem qualquer execução (8%) ou relativamente às quais não existe reporte (4%) ou canceladas (3%). Face a estas medidas não cumpridas ou canceladas, importa salientar que o PNJ na sua vigência de 4 anos, atravessou nos anos de 2020 e 2021 a situação pandémica, com os efeitos atrás descritos

## Medidas com comportamento-padrão ao longo da vigência do Plano

As medidas que, de seguida, se apresentam, são as medidas cuja execução teve constrangimentos incontornáveis e que mantiveram o seu comportamento de não execução inalterado ao longo de toda a vigência do plano. Todas as outras medidas, com variabilidade de execução da meta nos vários anos de vigência do plano, podem ser consultadas nos respetivos relatórios intercalares.

Nem todas as entidades apresentaram justificações e/ou eventuais constrangimentos ao não cumprimento das metas definidas, contudo, foi possível esquematizar as justificações conhecidas no quadro seguinte, para melhor entender o que esteve na origem do não cumprimento das medidas identificadas:

Área	Nº medida	Medidas Não cumpridas	Constrangimento
Educação Formal e Não Formal	3	Promoção da integração do Passe Jovem no certificado de conclusão do ensino secundário.	O IPDJ aguarda que a Educação conclua o procedimento (E360) para a integração do Passe
Educação Formal e Não Formal	7	Certificação da escolaridade obrigatória das/os estudantes, entre os 15 e os 18 anos de idade, que frequentam a escolaridade com medidas universais e/ou seletivas e/ou adicionais definidas no Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho	A medida está mal formulada. As medidas universais abrangem todos os alunos da escola.
Educação Formal e Não Formal	11	Criação de um grupo de trabalho dedicado à redução das taxas de abandono e insucesso escolar dos rapazes (superiores às das raparigas), com o objetivo de apresentar um diagnóstico e propor medidas.	Foi criado grupo de trabalho para definir estratégia de combate ao abandono escolar, no âmbito da pandemia da doença COVID - 19, designadamente a produção de indicadores globais.
Educação Formal e Não Formal	13	Relançamento do "Portal das Experiências Culturais"	
Educação Formal e Não Formal	17	Inclusão no Plano Nacional para a Literacia de medidas dirigidas a jovens que não tenham concluído a escolaridade obrigatória, tendo	A DGE desconhece o Plano Nacional de Literacia e necessita de esclarecimentos sobre a medida, cuja meta não está definida

		em vista o desenvolvimento de competências inscritas no PA.	
Emprego	34	Apoio a projetos-piloto desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos e/ou consórcios que envolvam parceiros públicos.	No reporte de 2020, foi informado que a medida ainda se encontrava por iniciar em 2020, não tendo execução desde o início do PNJ
Saúde	60	Elaboração de relatório de monitorização da implementação da educação para a saúde de adolescentes, designadamente a educação sexual e a área da prevenção dos consumos nocivos, com dados desagregados por sexo.	Esta medida depende do relatório do programa nacional de saúde escolar, não teve os dados em tempo útil
Governança e Participação	74	Delineação de um sistema de indicadores de juventude	Dada a complexidade do processo e interdependência entre áreas governativas, não foi possível, ainda, dar seguimento às medidas.
Governança e Participação	75	Criação de uma medida no OE para quantificar a despesa pública relacionada com políticas públicas de juventude, através da articulação entre entidade coordenadora do PO Educação e DGO.	Dada a complexidade do processo e interdependência entre áreas governativas, não foi possível, ainda, dar seguimento às medidas.
Governança e Participação	90	Promoção de projetos de educação cívica para a Justiça e para o Direito dirigido a Jovens.	A medida não foi desenvolvida
Governança e participação	99	Realização de sessões de informação e orientação específica sobre as medidas ativas do mercado de trabalho dirigidas às potenciais entidades interessadas em receber Técnicas/os de Juventude.	O Empreende JÁ terminou e não foi lançado novo Programa de apoio ao empreendedorismo. Foi efetuada abertura de concurso que foi cancelado por falta de candidaturas.
Igualdade e Inclusão Social	124	Avaliação de impacto sucessivo do regime legal aplicável a jovens penalmente imputáveis, entre os 16 e os 21 anos, à luz das alterações introduzidas pela Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto, em sede de execução de penas e das sanções alternativas às medidas privativas de liberdade.	No reporte de 2020 foi informado que "Prevê-se que, quando se puderem trabalhar os dados de 2020 e de 2021, será possível uma análise mais completa e a extração de recomendações mais fundamentadas, nomeadamente por decurso da aplicação do regime".
Igualdade e Inclusão Social	134	Formação de técnicos/as de juventude e profissionais da área da juventude em IMH, designadamente no âmbito do "Formar+".	Constrangimentos financeiros
Administração interna	167	Concurso anual em que as escolas se candidatam com trabalhos no âmbito da proteção civil, incentivando a originalidade e a criatividade na exploração dos temas relacionados com a temática da proteção civil.	Esta iniciativa foi planeada em 2016, mas nunca chegou a ser iniciada.
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	179	Concessão de preferência a jovens no acesso às terras disponibilizadas na Bolsa Nacional de Terras.	Não houve concursos de Estado no âmbito da BNT

Defesa	210	Estabelecimento de protocolo no sentido de assegurar a participação do IPDJ, IP nas atividades do Dia da Defesa Nacional.	Reporte em 2019 “Após reunião realizada a 24 de setembro 2019, aguarda-se definição do modelo de participação, para elaboração do Protocolo”
Desporto	223	Implementação de prémio anual para a instituição de ensino superior que apresente o melhor programa de promoção de atividade física e desportiva (com indicadores de promoção do desporto feminino, inclusão social das pessoas com deficiência, estudantes em situação socioeconómica desfavorecida, estudantes com necessidades específicas)	
Justiça	229	Desenvolvimento de plataforma informática de registo único e integrado, de âmbito nacional, de processos de qualquer natureza, relativos a crianças e jovens, abrangendo as CPCJ, o Ministério Público e os Tribunais	O desenvolvimento de um registo único e integrado de processos de promoção e proteção nas CPCJ, MP e Tribunais, conflitua com a existência de sistemas não comunicantes e o decurso de trabalhos de atualização e modernização dos sistemas das entidades envolvidas. Neste enquadramento, e atendendo às conclusões que resultaram das iniciativas desenvolvidas, no decurso de 2021 não se realizaram quaisquer outros atos de execução da medida em foco.
Justiça	230	Consideração do enquadramento do sistema de mediação tutelar educativa (SMTE) no contexto dos sistemas públicos de mediação geridos pela Direção-Geral da Política de Justiça.	
Justiça	231	Avaliação dos sistemas públicos de mediação.	

As medidas atrás identificadas não cumpriram a meta definida ao longo da vigência do Plano Nacional para a Juventude 2018-2021.

Através do quadro acima conseguimos visualizar as justificações ao não cumprimento das metas.

- Dificuldades várias de concretização e/ou complexidade de processos, com interdependência de vários Organismos para a conclusão das medidas: medidas 3, 75, 229
- Não foram desenvolvidas as medidas 13, 34, 90, 167, 179, 221, 223, 231 para as quais foi apresentada justificação.
- À medida 7 estão associadas a questões com medidas/ indicadores/metapas mal traçadas.
- Às medidas 124, 210 estão associadas dificuldades na operacionalização, que justificam o não cumprimento das respetivas metas, nomeadamente: questões orçamentais; a aguardar orientações sobre modelo de funcionamento ou indisponibilidade de dados à data de reporte.

São ainda de referir as medidas que não obtiveram reporte em qualquer um dos anos para os quais estavam previstas.

Área	Nº medida	Sem Reporte
Educação Formal e Não Formal	17	Inclusão no Plano Nacional para a Literacia de medidas dirigidas a jovens que não tenham concluído a escolaridade obrigatória, tendo em vista o desenvolvimento de competências inscritas no PA.
Educação Formal e Não Formal	18	Exponenciação da Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - Portugal INCoDe.2030
Educação Formal e Não Formal	22	Execução do Programa "Ocupação Científica de Jovens nas Férias"
Educação Formal e Não Formal	23	Execução do Programa "Ocupação Científica de Jovens nas Férias"
Educação Formal e Não Formal	29	Dinamização do sítio Balcão IncluirEs
Educação Formal e Não Formal	30	Alteração das condições de acesso para estudantes com necessidades específicas a partir do ano letivo 2018/19, através de duplicação de vagas na primeira fase do Concurso Nacional de Acesso e a abertura de um contingente especial na segunda fase do mesmo concurso, assim como criação de condições preferenciais de acesso para estudantes com necessidades educativas especiais no acesso aos TeSP.
Educação Formal e Não Formal	31	Criação de um portal agregador das informações relativas a residências de estudantes do ensino superior.
Governança e participação	97	Criação de um programa de mobilidade nacional entre o território continental e insular, para jovens.
Governança e participação	111	Ações de informação e sensibilização, no quadro da preparação da presidência europeia.
Igualdade e Inclusão	121	Facilitação do relacionamento com jovens em situação vulnerável, propiciando um atendimento e acompanhamento individualizado, salvaguardando os direitos fundamentais e oportunidades de inclusão na sociedade.
Igualdade e Inclusão	122	Divulgação programas SEF em Movimento e SEF vai à Escola.

As medidas atrás identificadas não obtiveram por parte das entidades responsáveis pela sua execução qualquer reporte ou justificação para a ausência de reporte ao longo da vigência do Plano Nacional para a Juventude 2018-2021.

Ao longo do período de vigência do Plano, existiram medidas canceladas, ou descontinuadas.

Área	Nº medida	Canceladas	Constrangimentos
Ambiente	71	Execução do "Projeto 80", em linha com o definido na Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020 e com a Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania	Este programa já não existe, pois a parceria original foi finalizada
Defesa	198	Desenvolvimento dos seguintes referenciais: - Igualdade de Género; - Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências; Segurança Aquática / Cidadania Marítima; - Referencial de Cibersegurança; Referencial de Educação Ambiental.	Todas as medidas associadas ao O.E. 1 foram canceladas a 26 de janeiro de 2021
Defesa	199	Realização das sessões de sensibilização / esclarecimento relativas às temáticas da Educação para a Cidadania no âmbito da Defesa Nacional	
Mar	240	Implementação do projeto "Ler+ Mar"	Fim da parceria
Justiça	233	Realização de um estudo por entidade universitária sobre o "Estado da Arte" relativamente ao fenómeno em centro educativo e em estabelecimento prisional.	Financiamento europeu cancelado pela Comissão Europeia
Justiça	234	Desenvolvimento de instrumentos e manuais técnicos / procedimentos de atuação preventiva e reativa a situações consideradas de risco	
Justiça	235	Realização de ações de formação / capacitação de profissionais da DGRSP	

## Considerações Finais

O Plano Nacional para a Juventude (PNJ) concretiza a possibilidade de uma resposta coordenada, articulada àquela que é a transversalidade que caracteriza o conceito e a realidade da juventude.

O PNJ não é, portanto, um documento síntese das iniciativas e projetos existentes nas diferentes áreas governativas, é antes um espaço que se pretende de encontro e de promoção da reflexão e

debate, tendo em vista a projeção de respostas a necessidades que são, por natureza, sistêmicas e multidimensionais.

A avaliação da primeira edição do PNJ deixa algumas considerações, que deverão ser levadas em conta para edições futuras.

Desde logo, a deslocação oficial do calendário dos relatórios para o fim do primeiro trimestre/início do segundo trimestre de cada ano. Isto porque esta data, atualmente prevista, coloca grandes constrangimentos ao reporte das entidades, uma vez que em janeiro existem ainda muitos dados que não estão trabalhados ou não são conhecidos.

Importa, igualmente, corrigir metodologicamente lacunas ao nível do desenho das medidas e indicadores, já que foram frequentes as menções à existência de medidas, metas ou indicadores mal traçados, que dificultou a execução do PNJ.

De igual modo, foram apresentados indicadores que não dispõem de metas associadas, o que dificulta o planeamento e a execução da medida e, subsequentemente, a sua avaliação.

Tendo em vista um processo que se pretende cada vez mais participado, é ainda de se aprofundar a promoção de momentos de reflexão e avaliação conjunta do PNJ. Este incremento do envolvimento de todas as partes trará, seguramente, uma maior eficiência na prossecução dos objetivos traçados.

Em termos de desenvolvimento dos relatórios, importa realçar que as medidas com constrangimentos à execução, devem encontrar nos reportes uma identificação clara das causas da não execução. Identificar os problemas verificados, ao longo do tempo, permite identificar preventivamente as causas.

De igual modo, se alerta para a importância da redução/eliminação das medidas sem reporte. São medidas que não são avaliadas e que impactam diretamente na avaliação do Plano. A ausência de reporte remete ainda para a impossibilidade de melhoria futura de medidas, eventualmente traçadas de forma desadequada.

Em termos de avaliação destes quatro anos, analisando os dados quantitativos e qualitativos disponíveis e os resultados apresentados, há a salientar que naquelas medidas que foram reportadas, os dados apresentados quanto aos níveis de execução mostram-nos o seguinte desempenho:

Execução global por Domínios-Chave:

- Educação Formal e Não Formal (66%);
- Emprego (93%);
- Habitação (100%);
- Saúde (92%).

Execução global por Temas-Chave:

- Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (100%);
- Governança e Participação (87%);
- Igualdade e Inclusão Social (89%).

Execução global por Planos Setoriais:

- Administração Interna (94%);
- Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (92%);
- Cultura (100%);
- Defesa (92%);
- Desporto (93%);
- Justiça (25%);
- Mar (100%).

O PNJ conhece, assim, no horizonte 2018-2021, execução em 87% das medidas, 34% das quais superaram as suas metas e 19% cumpriram-nas na totalidade.

Foram feitas duas análises dos dados, uma relativa à execução do plano, por área governativa (execução de 87%) e uma outra por estados (desagregados) da totalidade das medidas, na qual as medidas cumpridas e superadas representam 53% da totalidade das medidas do plano.

No primeiro caso, entendemos retirar do universo total as medidas canceladas durante a vigência do Plano (tendo sido assim considerado um universo de 239 medidas), no sentido das diferentes áreas governativas não virem a ser prejudicadas na sua execução por medidas que não foram desenvolvidas, por motivos alheios aos serviços.

No segundo caso, e tratando-se de uma análise generalista do estado da totalidade das medidas, as medidas canceladas passaram a integrar o universo total de medidas a considerar (tendo sido considerado um universo de 247 medidas).

Há ainda a salientar a situação atípica que o país atravessa. A situação pandémica influenciou, largamente, a execução do Plano, quer ao nível das atividades e projetos que não foram de todo executadas, quer ao nível das que, embora executadas, vieram a obter resultados francamente inferiores face aos anos anteriores. Houve também registos associados à situação pandémica, ao nível do reporte, nomeadamente, na inexistência de dados já tratados e devidamente analisados em condições de serem reportados.

De mencionar que os resultados desta avaliação do PNJ concorrem e refletem-se, igualmente, noutras agendas, estratégias/planos nacionais, tais como a Agenda 2030, através da evidência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, numa perspetiva de alinhamento de políticas nacionais no âmbito da Juventude.

## **Análise e acompanhamento aos Relatórios Intercalares durante a vigência do PNJ**

### **Comissão de Acompanhamento do PNJ**

Conforme o previsto na resolução de Conselho de ministros 114-A/2018, à Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional para a Juventude (constituída pelo IPDJ, I.P, que preside), pela FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis, pelo CNJ – Conselho Nacional de Juventude e por personalidade de reconhecido mérito no sector, Doutora Magda Nico, compete analisar os relatórios de execução e emitir parecer não vinculativo.

Numa perspetiva de melhoria contínua, este documento pretende não apenas produzir um parecer sobre a execução das medidas do ano em análise, mas também produzir recomendações para os anos seguintes.

Neste contexto, ao longo destes quatro anos de vigência da 1ª edição do Plano Nacional para a Juventude, foram deixadas algumas recomendações em cada parecer emitido pela comissão de acompanhamento, que foram tidas em conta no trabalho desenvolvido e que agora se destacam:

**Recolha e tratamento da informação (recomendação no Parecer da Comissão de acompanhamento do PNJ ao Relatório intercalar de execução de medidas no ano de 2018, acautelada também no ano 2019)**

Inicialmente feita através de Excel, foi identificadas a necessidades de uma recolha de informação mais “amigável” para o respondente e analista.

Neste âmbito e com enquadramento de projeto financiado pelo SAMA/ Portugal 2020, foi desenvolvida a Plataforma informática que congrega toda a informação do PNJ, por ano, e na qual, passou a ser feita, desde 2020, quer o reporte de monitorização quer o reporte de avaliação final do PNJ.

**Envolvimento intersetorial sustentável (recomendação no Parecer da Comissão de acompanhamento do PNJ ao Relatório intercalar de execução de medidas no ano de 2018, acautelada também no ano 2019)**

No sentido do envolvimento e comprometimento sustentável e renovado das várias áreas governativas, **perspetivaram-se como muito pertinentes** a criação de momentos de apresentação e reflexão conjunta sobre a implementação/execução das medidas, potenciando a colaboração entre as diferentes entidades, no sentido da obtenção de respostas a problemáticas que os jovens enfrentam e que se caracterizam pela sua transversalidade.

Neste sentido, foi dinamizado um encontro anual com todas as áreas governativas implicadas na implementação do PNJ, no qual foi apresentada a avaliação da execução do ano anterior, assim como se articularam e afinaram metodologias de trabalho para o ano em análise.

Foram ainda dinamizadas reuniões bilaterais, quando identificada essa necessidade, para aprofundar ou clarificar as tarefas necessárias à execução de alguma medida.

Anualmente são identificados constrangimentos no processo, perspetivando-se a sua melhoria contínua.

É disso exemplo a melhoria evolutiva da plataforma PNJ, como foi o caso da produção de um mecanismo de codificação dos obstáculos sentidos pelos setores e instituições na execução das medidas inicialmente propostas.

**Promoção de momentos de reflexão e avaliação do PNJ (recomendação no Parecer da Comissão de acompanhamento do PNJ ao Relatório intercalar de execução de medidas no ano de 2018, acautelada também no ano 2019)<sup>1</sup>** - através de fóruns nacionais – garantindo uma maior transparência e comunicação, envolvendo e auscultando as entidades próximas à juventude.

Estes momentos partilhados, quer pelos diferentes Organismos públicos; Jovens; Estruturas Associativas; Câmaras Municipais e outros atores privilegiados na área da juventude, têm sido realizados até agora na fase de conceção e início de implementação das duas edições do PNJ.

## **Análise de constrangimentos das medidas não executadas (recomendação no Parecer da Comissão de acompanhamento do PNJ no ano 2019)**

Neste âmbito, o Relatório passou a discriminar os constrangimentos identificados, quer nas medidas concluídas, mas *não cumpridas*, quer nas medidas que permaneceram *Por Iniciar*. Há ainda a destacar a necessária análise das causas e constrangimentos, que levam às medidas sem informação ou por reportar. Naturalmente que a perspetiva será facilitar uma análise conjunta destes constrangimentos e identificar medidas de correção.

Foram ainda deixadas outras recomendações, como sejam:

**Deslocação oficial do calendário dos relatórios e pareceres:** a alteração do *timing* da recolha e tratamento de informação para o fim do primeiro trimestre, início do segundo trimestre, de cada ano. Uma vez que em janeiro existem ainda muitos dados que não estão trabalhados, donde resulta uma serie de medidas cujo estado, fica como *Sem Informação*, pese embora possam estar executadas. Esta recomendação tem sido transmitida em cada relatório e esperamos que possa ser tida em conta na próxima edição

**Análise regional** - dada a conhecida desigualdade regional relativamente aos recursos humanos e financeiros, por um lado, e ao público jovem e suas necessidades, por outro, foi sugerida uma análise por regiões das medidas executadas que seria desejável em relatórios futuros.

**Reforço da comunicação e a divulgação das políticas da juventude plasmadas no PNJ**, que se traduzem em oportunidades para a Juventude. Compilar e partilhar, entre as entidades promotoras das ações inscritas no PNJ, quer as boas práticas, quer os constrangimentos à execução encontrados, por forma a criar um sentimento de proximidade, envolvimento e união de compromisso e responsabilidade.

**Análise de execução financeira** - Incorporação de reporte ao nível de investimento e gastos públicos na execução das medidas do Plano. Deve ser igualmente analisada como poderá haver uma maior cooperação na implementação das políticas, programas e ações, no sentido de, não só otimizar recursos, mas igualmente promover uma ação mais concertada e impactante na vida dos/as jovens.

## Lista de Abreviaturas

ACM, I.P.	Alto Comissariado para as Migrações, I. P.
AG PDR 2020	Autoridade de Gestão do PDR 2020
AICEP, E. P. E.	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
AMA	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.
ANESPO	Associação Nacional de Escolas Profissionais
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
ANQEP, I.P.	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA, I.P.	Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.
ARS	Administrações Regionais de Saúde
CDNJ	Centro Desportivo Nacional do Jamor
CE	Centros Educativos
CES	Corpo Europeu de Solidariedade
CESD	Colégio Europeu de Segurança e Defesa
CFD	Centros de Formação Desportiva
CIEJD	Centro de Informação Europeia Jacques Delors
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CITI	Centro de Investigação para as Tecnologias Interativas
CNPDPCJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
COP	Comité Olímpico de Portugal

CPCJ	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPN	Comparticipação Pública Nacional
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAE	Direção-Geral da Administração Escolar
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGES	Direção-Geral de Ensino Superior
DGestE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DGRDN	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGS	Direção-Geral de Saúde
DL	Decreto-Lei
DRCN	Direção Regional da Cultura do Norte
ENEC	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030
ERYICA	<i>The European Youth Information and Counselling Agency</i> - Agência Europeia de Informação e Aconselhamento para Jovens
FADU	Federação Académica do Desporto Universitário
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
FMH	Faculdade de Motricidade Humana
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
GJ	Garantia Jovem
GNR	Guarda Nacional Republicana
IAPMEI, I.P.	Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IEFP, I.P.	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.
IES	Instituições de Ensino Superior
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMH	Igualdade entre Mulheres e Homens
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INA, I.P.	Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
INE, I.P.	Instituto Nacional de Estatística, INE, I.P.
INIAV, I.P.	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.
INR, I.P.	Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

IPDJ, I.P.	Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
IPMA, I.P.	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRHU, I.P.	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.
IRN	Instituto de Registos e Notariado
ISS, I.P.	Instituto da Segurança Social, I. P.
IVV, I.P.	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.
JA	Jovem Empresário Rural
JER	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.
LGBTI	Lésbica, <i>Gay</i> , Bissexual, Trans e Intersexo
MAFDR	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
MAI	Ministério da Administração Interna
MATE	Ministério do Ambiente e Transição Energética
MC	Ministério da Cultura
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
MEDU	Ministério da Educação
MF	Ministério das Finanças
MGF	Mutilação Genital Feminina
MJ	Ministério da Justiça
MM	Ministério do Mar
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Movijovem	Movijovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada
MPI	Ministério do Planeamento e Infraestruturas
MPMA	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NGPH	Nova Geração de Políticas de Habitação
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento do Estado
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPART	OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
OPRE	Programa Operacional de Promoção da Educação
PA	Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

PAA	Programa de Arrendamento Acessível
PDR2020	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020
PE	Programa Escolhas
PGR	Procuradoria-Geral da República
PNED	Plano Nacional de Ética no Desporto
PNJ	Plano Nacional para a Juventude
PNL	Plano Nacional de Leitura
PO	Programa Operacional
PSP	Polícia de Segurança Pública
RBE	Rede de Bibliotecas Escolares
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RNAJ	Registo Nacional de Associações Juvenis
RNAVVD	Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica
RV	Regime Voluntário
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
TeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAARE	Unidades de Apoio ao Alto Rendimento nas Escolas
UE	União Europeia
UNL	Universidade Nova de Lisboa

**Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.  
Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional**

## Anexo 1

# Projetos em Destaque

## Cultura

### Plano Nacional das Artes

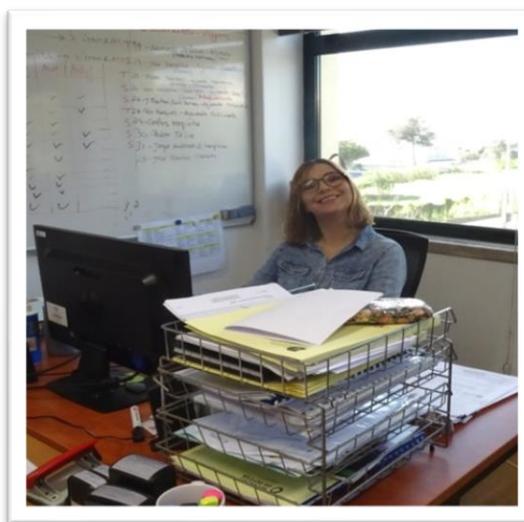
O **Plano Nacional das Artes** é uma estrutura de missão, criada pelo Cultura e da Educação, com o objetivo de tornar as artes mais acessíveis aos cidadãos, em particular às crianças e aos jovens, através da comunidade educativa, promovendo a participação, fruição e criação cultural, numa lógica de inclusão e aprendizagem ao longo da vida. Pretende incentivar o compromisso cultural das comunidades e organizações e desenvolver redes de colaboração e parcerias com entidades públicas e privadas, designadamente, trabalhando em articulação com os planos, programas e redes pré-existentes.

No âmbito do I PNJ esta medida de política (criada fevereiro de 2019, através da RCM n.º 42/2019) contribuiu, de forma estruturada e consolidada, para os três Objetivos Estratégicos em que se enquadrou a ação da área governativa da cultura: apoio à criação, facilitar o acesso ao emprego e qualificação na Cultura, particularmente nas indústrias criativas, e alargamento de Públicos. A consolidação do trabalho do PNA, levou a reforçar a participação desta medida de política no II PNJ, com a autonomização de ações específicas, como seja a implementação do Projeto do Artista Residente e o alargamento do n.º de agrupamentos escolares com Projeto Cultural de Escola.



## Administração Interna

### Defesa Qualifica



«Ingressei na Força Aérea em 2010 como militar do Regime de Contrato na categoria de Praças com a especialidade de Secretariado e Apoio dos Serviços, tendo prestado serviço na divisão financeira da Academia da força aérea. Após 2 anos de contrato e 3 cursos na área da biblioteconomia fornecidos pela Força Aérea, senti que era a hora de procurar novos desafios. Foi em 2013 que surgiu a oportunidade de integrar as equipas de divulgação do Dia da Defesa Nacional. Foi uma experiência muito enriquecedora pois ajudou-me a desenvolver a capacidade de comunicação, permitiu-me conhecer várias unidades dos três Ramos das Forças Armadas e partilhar com os jovens o papel e missão das Forças Armadas portuguesas. Durante o meu percurso sempre estive presente um dos meus objetivos: tirar uma licenciatura. Infelizmente, por razões pessoais, não me foi possível.

Acabei por terminar o meu contrato sem cumprir esse objetivo, todavia, consegui ingressar na Administração Pública, em 2019, na carreira de assistente técnica graças ao regime de incentivos. Foi graças ao Centro de Informação e Orientação para a Formação e o Emprego do Defesa Nacional que tomei conhecimento do Programa “Defesa Qualifica +” o que me permitiu dar início à minha Licenciatura em *Ciências Sociais – Minor em Ciência Política e Administrativa*, na Universidade Aberta. Neste momento, encontro-me a terminar a licenciatura e sem dúvida que o apoio dado para o pagamento das propinas tem sido uma mais-valia para conseguir gerir a vida económico-familiar e obter a formação necessária que me permitirá alcançar um novo patamar na minha carreira.»



«Foram seis anos de grande crescimento pessoal e profissional, muito ligados à vertente operacional e de formação, tanto como formando e formador, onde foi possível conciliar o gosto pessoal com as responsabilidades profissionais.

Foram seis anos onde tive o privilégio de ficar a conhecer melhor o nosso país, pessoas e lugares (continente e ilhas), ter contacto com outras realidades, desenvolver as minhas capacidades e testar os meus limites; foi uma experiência de vida e percurso que guardo na memória com muito carinho e que recomendo a todos.

Após o término do meu serviço militar regressei à vida civil reconhecendo que nos primeiros tempos não me foi fácil decidir sobre o que fazer. No entanto, graças ao apoio da Defesa Nacional foi-me possível tirar a carta de condução de automóveis pesados de passageiros (categoria D), sendo que metade do valor foi suportada ao abrigo do “Programa Defesa Qualifica”<sup>[1]</sup>.

Após concluir com sucesso a formação categoria D, a própria empresa formadora propôs-me uma oferta de emprego que aceitei e que me abriu as portas à profissão de guarda-freio, tendo passado o meu dia-a-dia a conduzir elétricos turísticos na cidade de Lisboa.

O meu caso é apenas mais um de muitos casos em que os apoios do MDN podem ser uteis no apoio e ajuda ao (re)ingresso na vida civil a todos aqueles jovens que, como eu, cumpriram serviço militar.»

Tiago Costa ingressou em 2010 como Oficial em Regime de Contrato (RC) do Exército, nas Tropas Paraquedistas, cumprindo o tempo máximo de serviço militar em RC (6 anos de Contrato).

---

<sup>1</sup> O [programa «Defesa Qualifica»](#) é uma iniciativa do MDN que visa garantir apoio aos militares e ex-militares do Regime de Voluntariado (RV) e do Regime de Contrato (RC) para:

- obter ou completar o nível 3 ou 4 de qualificação de âmbito escolar e profissional e/ou;
- obter um título profissional para o exercício de uma determinada profissão regulamentada

## Administração Interna

### Programa Escola Segura

**Objetivo de Execução** Garantir a segurança de jovens estudantes nos estabelecimentos de educação e ensino.

**Medida 161** Garantir a continuidade no desenvolvimento do Programa Escola Segura



Policiamento de visibilidade/proximidade junto de uma escola

O **Programa Escola Segura (PES)** teve a sua origem num protocolo celebrado em agosto de 1992 entre a área governativa da Administração Interna e da Educação.

O Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro define as atuais regras do PES, descrevendo-o como um programa de âmbito nacional, incluindo todos os estabelecimentos de ensino não superior, públicos, privados e cooperativos. Segundo este despacho o PES visa garantir a segurança do meio escolar e sua envolvente, prevenindo comportamentos de risco e reduzindo os atos geradores de insegurança em meio escolar, atribuindo competências às forças de segurança:

- Na garantia da segurança das áreas envolventes dos estabelecimentos de ensino;
- Na promoção de ações de sensibilização e de prevenção junto das escolas em parceria com os respetivos órgãos de administração e gestão e a comunidade local;
- De colaboração com as direções dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas no âmbito da formação sobre o tema de segurança escolar a desenvolver anualmente nos estabelecimentos de educação e ensino;
- Na prossecução dos demais objetivos no âmbito do programa.

O Programa Escola Segura tem como objetivos prioritários:

- o Diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas;
- o Prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e/ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes;
- o Promover uma cultura de segurança nas escolas;
- o Fomentar o civismo e a cidadania contribuindo deste modo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização;
- o Promover de forma concertada com os respetivos parceiros e com representantes de outras entidades consideradas relevantes pelo Grupo Coordenador do Programa Escola Segura, a realização de ações de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar, destinadas às Forças de Segurança, pessoal docente e não docente e demais elementos da comunidade educativa e à opinião pública em geral;
- o Recolher informações, dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes de um conhecimento objetivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimização na comunidade educativa.

No âmbito do PES, a PSP tem-se consolidado como instituição fomentadora de iniciativas, projetos e parcerias direcionadas para a promoção de valores de civismo e cidadania no meio escolar, promovendo de forma concertada com os respetivos parceiros a prevenção e sensibilização para a adoção de regras e comportamentos de segurança, o que no futuro poderá traduzir-se na prevenção de alguns comportamentos de risco.

A prevenção pela PSP faz-se essencialmente através do policiamento de proximidade e visibilidade junto da comunidade escolar e da realização de ações grupais de sensibilização, de demonstração, e de visita, e de ações de contacto individual de prevenção criminal.

A medida 161 do PNJ - Garantir a continuidade no desenvolvimento do Programa Escola Segura é fundamental, contribuindo grandemente para a execução de outras medidas importantes para a segurança e salutar desenvolvimento dos jovens, entre as quais as medidas número:

- **66** - Realização de ações de sensibilização no âmbito do Programa "Escola Segura a estudantes do 7º ao 12º ano de escolaridade, com o objetivo de sensibilizar o público-alvo para a necessidade de prevenir os comportamentos de risco inerentes ao consumo de droga e álcool;
- **138** - Ações de sensibilização através do programa "Escola Segura", destinadas a estudantes do 7.º ao 12.º ano de escolaridade;
- **171** - Dinamização de ações de sensibilização sobre a importância da segurança subjetiva e objetiva;
- **88** - Realização de ações de sensibilização no âmbito do Programa «Escola Segura» destinadas a jovens, para conhecerem os seus direitos.
- **158** - Dinamização de ações de sensibilização no âmbito da prevenção rodoviária junto de jovens, na qualidade de peões e condutores, focando as principais causas de atropelamento e na utilização correta e apropriada das infraestruturas de atravessamento das vias rodoviárias.
- **159** - Dinamização de ações de sensibilização sobre sinistralidade com veículos de duas rodas motorizados, junto de jovens com idade igual e superior a 14 anos.

- **160** - Dinamização de ações de sensibilização de combate à condução sob a influência de substâncias psicoativas, nomeadamente de álcool, de substâncias psicotrópicas junto de jovens com 14 ou mais anos de idade.
- **170** - Execução de ações de informação e sensibilização sobre riscos e comportamentos de autoproteção junto da comunidade escolar.



Ação grupal de sensibilização sobre violência no namoro

Na área de jurisdição territorial da PSP, o PES abrange cerca de 3.150 estabelecimentos de ensino, público, privado e cooperativo, com exceção dos estabelecimentos do ensino superior, garantindo a segurança a perto de 1.000.000 de alunos. Para a segurança desta comunidade a PSP afeta em permanência 353 polícias. Estes polícias desenvolvem as ações acima descritas e durante o período de vigência do primeiro PNJ (2018/2021) foram realizadas no âmbito do PES na totalidade das ações grupais e de contacto individual de prevenção criminal 83.002 ações que contaram com a presença de 2.151.880 alunos, dividindo-se da seguinte forma:

- 65.898 ações grupais de sensibilização temáticas nas quais participaram 1.781.653 alunos;
- 553 ações grupais de demonstração nas quais participaram 94.177 alunos;
- 1.706 ações grupais de visita com a participação de 118.889 alunos;
- 14.845 ações de contacto individual de prevenção criminal nas quais foram contactados 157.161 alunos.

Acreditamos que este esforço concertado entre a PSP e a comunidade escolar tem contribuído para a formação cívica dos nossos jovens e para a diminuição das incivildades e ocorrências criminais no espaço escolar e fora deste, uma vez que um jovem elucidado e educado para as diversas questões abordadas nestas ações tem a tendência de transmitir esses conhecimentos e ensinamentos no seio da sua própria família e da sua comunidade.



Ação grupal de sensibilização sobre bullying

#### APOIOS PDR2020 AOS JOVENS AGRICULTORES

Os apoios concedidos pelo PDR2020 a jovens agricultores tem permitido fomentar o rejuvenescimento das empresas agrícolas e a renovação da estrutura produtiva agroindustrial, potenciando a criação de valor, a inovação, sem esquecer as preocupações ambientais, assegurando a compatibilidade dos investimentos com as normas ambientais e de higiene e segurança no trabalho.

São estas as premissas base de cada um dos mais de 6.300 projetos de jovens agricultores já aprovados.

Para efeitos do presente contributo desta Autoridade de Gestão para o Relatório Final do PNJ 2018-2021, apresentamos dois exemplos de boas práticas de projetos desenvolvidos por jovens investidores PDR2020.

#### PEPE AROMAS | Évora

Do sonho do Avô Pepe nasce um projeto biológico de produção de figo-da-índia e preservação do montado do olival tradicional, em Arraiolos. Na senda da economia circular e da preservação dos recursos, a empresa tem apostado ainda na inovação e no desenvolvimento de produtos e subprodutos a partir da atividade agrícola. Numa dimensão complementar, a Pepe Aromas investiu ainda na recuperação da antiga estação de comboios de Vale do Pereiro, que estava em ruínas em plena herdade, o que lhes permitiu adicionar ao projeto uma componente de turismo sustentável.



Pepe Aromas

## TOMAR NATURAL | Tomar

Projeto inovador e ecológico de produção artesanal de Spirulina, uma cianobactéria aquática que realiza fotossíntese, e que quando consumida regularmente tem inúmeros benefícios para a saúde humana - Possui elevada densidade em fitonutrientes.

Com o apoio do PDR2020, a Tomar Natural produz a Spirulina em tanques localizados dentro de uma estufa, a qual permite otimizar as condições de produção e evitar contaminações. O resultado é uma Spirulina desidratada a baixas temperaturas, o que permite um produto de elevada qualidade e de alto valor nutricional, com sabor e cheiro suaves, de textura crocante, 100% pura e crua.



Tomar Natural

A **Direção Geral de Educação** colaborou neste 1º Plano Nacional da Juventude (2018 – 2021) através da implementação de um conjunto de medidas nas áreas da “Educação Formal e Não Formal”, “Saúde”, “Igualdade e Inclusão Social” e “Desporto”.

Entre as medidas que foram implementadas e com o objetivo de dar contributo para o relatório final da 1ª fase do PNJ, destacamos a publicação da Portaria n.º 194/2021, de 17 de setembro, na área da “Educação Formal e Não Formal”, bem como as ações que foram aplicadas mediante a responsabilidade do Desporto Escolar, no âmbito da área do “Desporto”.

**Objetivo de Execução:** Reconhecer e valorizar a participação das/os estudantes em atividades formais e informais realizadas em contexto educativo (dentro ou fora da escola), designadamente as realizadas no âmbito da implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC).

**Medida nº 1:** Publicação da portaria que define os modelos de diplomas e certificados do ensino básico e secundário, bem como as normas para o registo de representação dos pares e participação em atividades e projetos. Integra hiperligação ao Passe Jovem (sempre que exista), de acordo com a Portaria n.º 336/2017, de 7 de novembro.

Com a publicação da Portaria nº 194, em 17 de setembro de 2021, foi concretizada a medida nº 1 do Plano Nacional da Juventude. Consideramos que a publicação deste normativo teve um impacto muito significativo na vida dos jovens pelos motivos que abaixo se expõem.

Ao nível das escolas a emissão de diplomas e certificados tem sido realizada tendo em consideração as classificações obtidas pelos alunos nas diferentes disciplinas curriculares.

No entanto, existe um conjunto mais alargado de projetos e atividades que são realizados e que, frequentemente, possibilitam uma diversificação de contactos e de públicos, intensificando as relações com a comunidade escolar, o meio local, ou com instituições localizadas em áreas geográficas mais vastas.

Estas atividades podem contemplar uma diversidade de estratégias incluindo muitas vezes o “voluntariado” em ações de carácter social, o “trabalho em equipa” através da colaboração em projetos curriculares/extracurriculares, ou outro tipo de tarefas a desenvolver dentro das Unidades Orgânicas em que se inserem. Alguns destes projetos podem também estar articulados com a Educação para a Cidadania.

Normalmente é difícil de avaliar a prestação ou colaboração dos jovens neste tipo de atividades e o envolvimento dos mesmos em projetos e ações de voluntariado, acabava por “cair num esquecimento”. A opção de integrar curricularmente os projetos, desenvolvidos na escola, veio facilitar a sua concretização e avaliação.

Com o exposto no referencial curricular “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, foram valorizados conceitos relacionados com a necessidade de uma construção social que conta com os jovens, enquanto futuros cidadãos que “mobilizam valores e competências que lhes permitem intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões naturais, sociais

e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável.” Esta descrição implica um conjunto de competências a adquirir pelos jovens que não estão confinadas ao mero espaço da sala de aula.

Deste modo, afigurou-se necessário que os certificados das diversas ofertas educativas e formativas vinculassem a participação dos jovens em Ações e Projetos no sentido da sua valorização e certificação, constituindo este apoio legal também um incentivo ao próprio processo de participação cívica/cidadã e de desenvolvimento de competências nesse nível.

Assim, através da publicação da Portaria nº 194, em 17 de setembro de 2021, deu -se lugar à definição dos modelos de diplomas e certificados do Ensino Básico e Secundário, bem como das normas para o registo de representação dos pares e participação em atividades e projetos, (Artigo 2º, alínea b) da Portaria supracitada).

A identificação dos projetos em que o aluno está envolvido é definido em Conselho de Turma, sendo objeto de avaliação nesse âmbito. Os projetos têm uma identificação curricular e o seu número encontra-se definido, existindo um valor limite por ano letivo. Se necessário procede-se a uma seleção (Artigo 6º, pontos 1, 2, 3, 4 e 5 da Portaria supracitada).

Assim, criou-se uma oportunidade para desmaterializar, uniformizar, reunir e regular, num único documento, os diversos modelos de diplomas e certificados existentes, das diversas ofertas educativas e formativas, das atividades de voluntariado realizadas e da participação em projetos diversos (aspetos a constar de diplomas e certificados do Ensino Básico e Secundário referenciados nos Artigos 7º, 8º, 9º, 10º e 11º da Portaria supracitada).

Em conclusão, a efetivação da medida 1 do PNJ por parte da DGE vai de encontro a objetivos definidos para este Plano, como a efetivação dos direitos das pessoas jovens, em termos económicos, sociais e culturais, assinalando a contribuição dos estudantes a vários níveis, para a inclusão e coesão social, democracia, sustentabilidade e desenvolvimento do país.

Atividade Pontual	Nº total de alunos	Nº Total de sessões
	74 373	2 407
Atividade Regular	Nº médio alunos/Sessão	Nº Total de sessões
	8	4 532

Quadro 1. Participantes nos Centros de Formação Desportiva do Desporto Escolar 2019/20.

**Objetivo de Execução:** Assegurar a conclusão da escolaridade obrigatória de jovens estudantes, entre os 15 e os 18 anos de idade que frequentam a escolaridade com medidas seletivas e/ou adicionais definidas no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

#### **ANQEP**

**Medida nº 6** Mobilizar jovens que não tenham concluído a escolaridade obrigatória para a importância da melhoria das suas qualificações no âmbito do Programa Qualifica.

Os centros especializados em qualificação de adultos, designados por Centros Qualifica, são estruturas do Sistema Nacional de Qualificações, conforme determina o artigo 15º do Decreto-Lei nº 14/2017, de 26 de janeiro. Estes centros, asseguram a informação, a orientação e o encaminhamento de candidatos para modalidades de formação, o reconhecimento, validação e certificação de competências para efeitos de posicionamento em percursos de educação e formação.

A informação e orientação para a qualificação e o emprego desenvolvidas nestes Centros, visam facilitar a inserção em percursos de aprendizagem e de trabalho.

Os Centros Qualifica, no âmbito das suas atribuições, promovem ações de informação e de divulgação de carácter local destinadas à mobilização de jovens com percursos de qualificação incompletos, que não se encontram a frequentar modalidades de educação ou de formação e sem emprego.

Essas ações visam a divulgação, nos respetivos territórios de atuação e de uma forma ajustada às necessidades do mercado de trabalho, não só de ofertas de formação e qualificação (nos próprios centros ou por outra entidade da rede), como também de informações sobre estágios profissionais, mobilidade transnacional, ofertas de emprego ou tecido empresarial.

Todas as sessões de informação realizadas com estes jovens foram dinamizadas por Técnicos de Orientação e Reconhecimento de Competências, cujo perfil funcional assenta na capacidade de estabelecer com os destinatários uma relação de empatia, caracterizada pela interpretação, compreensão e escuta ativa. Pode dizer-se que, nestas sessões, os jovens não são meros sujeitos passivos, recetores de informação, mas são incentivados a participar e a refletir sobre a informação veiculada.

**Objetivo de Execução:** Promover o acesso das pessoas jovens à prática desportiva.

**Medida nº 217:** Promover o contacto de jovens com novas modalidades desportivas.

O Desporto Escolar conta, atualmente, com 73 Centros de Formação Desportiva do Desporto Escolar (CFD do Desporto Escolar), constituindo uma forte aposta da Direção-Geral da Educação como resposta operacional à Comissão Interministerial da Estratégia Nacional para o Mar 2020 no sentido de promover o contacto dos alunos com as mais diversas modalidades náuticas, o Projeto CFD do Desporto Escolar desenvolve a sua atividade em locais adequados às respetivas modalidades, com o apoio das autarquias, federações, associações desportivas e demais organismos fundamentais na criação de sinergias para a implementação deste Projeto: os Agrupamentos de Escolas que estabelecem parcerias com outras entidades locais, nomeadamente Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Clubes, Associações e entidades privadas, por forma a assumirem o seu papel ao nível local como polos de desenvolvimento das respetivas modalidades.

Os CFD do Desporto Escolar visam proporcionar:

1. Atividades de apoio especializado aos Grupos-Equipa;
2. Atividades de apoio à formação de professores e de alunos;
3. Atividades de apoio privilegiado no âmbito do Domínio da Autonomia Curricular e na promoção e desenvolvimento de ações nas áreas da Educação Inclusiva, Ambiente e Sustentabilidade;
4. Atividades pontuais, de curta duração, que incidam fundamentalmente em experiências, estágios de formação desportiva especializada.

No presente ano letivo mantiveram-se os CFD do Desporto Escolar com a sua aprovação renovada, nas mesmas condições definidas no ano letivo 2019/20, dada a excecionalidade e contingências associadas a este período pandémico e, principalmente, por falta de reforço aos Créditos Letivos disponibilizados para o desenvolvimento deste Projeto logrando assim a necessidade de viabilizar mais CFD do Desporto Escolar numa maior abrangência territorial.

O Projeto CFD do Desporto Escolar apesar de todos os constrangimentos associados aos últimos tempos vivenciados permitiu assegurar uma continuidade nas atividades regulares e pontuais, mantendo-a sem grandes alterações de funcionamento, contribuíram positivamente para a manutenção de alguma “normalidade” e salutar equilíbrio ao nível bio-psico-social da população infanto-juvenil que pode usufruir destas atividades.”



Figura 1. Centro de Formação Desportiva do Desporto Escolar – Atividades Náuticas.



Figura 2. Centro de Formação Desportiva do Desporto Escolar – Golfe

## Anexo II

### Estado das Medidas

Nº medida	Medida	Eixo	Indicador	Avaliação final
1	Publicação da portaria que define os modelos de diplomas e certificados do ensino básico e secundário, bem como as normas para o registo de representação dos pares e participação em atividades e projetos. Integra hiperligação ao Passe Jovem (sempre que exista), de acordo com a Portaria Nº 336/2017, de 7 de novembro.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Data de publicação da portaria	Cumprida
2	Implementação e desenvolvimento do certificado Passe Jovem.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de jovens com Passe Jovem	Parcialmente executada
3	Promoção da integração do Passe Jovem no certificado de conclusão do ensino secundário.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Percentagem de estudantes que, tendo Passe Jovem, solicitam a sua integração no certificado de conclusão do ensino secundário.	não Cumprida
4	Inclusão no despacho normativo relativo aos procedimentos da matrícula e respetiva renovação de normas específicas que visam clarificar o procedimento de matrícula de estudantes em ofertas de dupla certificação, no âmbito do ensino secundário.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	publicação do Despacho Normativo Nº6/2018, de 12 de abril	Cumprida
5	Execução do "Programa Formar+".	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de jovens formadas/os	Superada
6	Realização de sessões de informação sobre as diversas possibilidades de melhoria das qualificações dirigidas a jovens que não tenham concluído a escolaridade obrigatória e que não se encontrem a frequentar modalidades de educação ou de formação e que não estejam inseridos no mercado de trabalho, asseguradas em conjunto pela ANQEP, I.P. e IPDJ, I.P., em articulação com os Centros Qualifica e com recurso a meios de informação e divulgação diversificados.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de sessões realizadas	Cumprida
7	Certificação da escolaridade obrigatória das/os estudantes, entre os 15 e os 18 anos de idade, que frequentam a escolaridade com medidas universais e/ou seletivas e/ou adicionais definidas no Decreto-Lei Nº 54/2018, de 6 de julho.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Percentagem de estudantes certificados	não cumprida
8	Implementação do OPRE - Programa Operacional de Promoção da Educação	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de bolsas atribuídas	Superada
9	Desenvolvimento de projetos de intervenção e de Capacitação de profissionais visando práticas educativas que envolvam raparigas e rapazes nas áreas profissionais segregadas por sexo, designadamente as TIC.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Percentagem de discentes do sexo feminino abrangidas das turmas dos Cursos Científico - Tecnológicos dos 10º e/ou 11º anos de cada escola participante no Projeto "Engenheiras por um Dia"	Parcialmente executada
10	Desenvolvimento de ações de promoção de competências digitais das mulheres e raparigas no âmbito da Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - Portugal INCoDe.2030	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Prémio criado para jovens mulheres nas TIC	Parcialmente executada
11	Criação de um grupo de trabalho dedicado à redução das taxas de abandono e insucesso escolar dos rapazes (superiores às das raparigas), com o objetivo de apresentar um diagnóstico e propor medidas.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Criação de um grupo de trabalho dedicado à redução das taxas de abandono e insucesso escolar dos rapazes (superiores às das raparigas), com o objetivo de apresentar um diagnóstico e propor medidas.	não cumprida
12	Disponibilização de informação para as escolas sobre iniciativas e/ou serviços, no âmbito das políticas de juventude.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de comunicações por ano, remetidas às escolas com a divulgação de iniciativas e projetos	Superada

13	Relançamento do "Portal das Experiências Culturais"	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Data de relançamento do portal	não cumprida
14	Criação da Plataforma de Educação para a Cidadania	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Data de lançamento da plataforma	Cumprida
15	Exponenciação do "Programa Exarp".	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de atividades	Parcialmente executada
16	Dinamização da componente "Soft Skills" - Programa Exarp -, conjunto de workshops e ferramentas dirigidos a todos os anos de frequência universitária, em simultâneo, gerando conhecimento em áreas não clássicas de aprendizagem, designadamente: gestão de stress, criatividade, comunicação em público, costura criativa, sexualidade ou bases de cozinha.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de atividades	Parcialmente executada
17	Inclusão no Plano Nacional para a Literacia de medidas dirigidas a jovens que não tenham concluído a escolaridade obrigatória, tendo em vista o desenvolvimento de competências inscritas no PA.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Data de apresentação do Plano Nacional para a Literacia	Sem reporte
18	Exponenciação da Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - Portugal INCoDe.2030	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de pessoas jovens capacitadas em competências digitais	Sem reporte
19	Dinamização de atividades específicas de formação e sensibilização para jovens, no âmbito da cidadania digital, nomeadamente no âmbito da participação do IPDJ no consórcio Internet Segura.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de atividades desenvolvidas	Superada
20	Execução do Programa "Inov Contacto"	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de estágios por jovens até aos 30 anos de idade	Parcialmente executada
21	Dinamização da iniciativa "Escola Azul"	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de escolas azuis	Parcialmente executada
22	Execução do Programa "Ocupação Científica de Jovens nas Férias"	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de jovens participantes	Sem reporte
23	Campanha "Estudar mais é preciso" - Disponibilização junto das escolas, famílias e alunos de informação simplificada sobre o Ensino Superior (funcionamento, cursos, instituições, acesso e apoios), garantindo as condições adequadas para que as escolhas possam ser feitas de forma informada e consciente.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Execução da Campanha	Sem reporte
24	Lançamento da iniciativa Comboio do Conhecimento, que visa estimular a aquisição de competências e de formação superior, aliada ao sucesso académico, e promover experiências de conhecimento do território para os estudantes que transitam do 1.º para o 2.º ano do ensino superior com aproveitamento escolar.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de estudantes participantes	Superada
25	Criação e desenvolvimento dos TeSP, cursos de ensino superior não conferentes de grau.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de diplomadas/os em TeSP	Parcialmente executada
26	Atribuição de bolsas de Ação Social	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de jovens beneficiárias/os	Parcialmente executada
27	Atribuição de bolsas de mobilidade no âmbito do Programa +Superior.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de jovens beneficiárias/os	Parcialmente executada
28	Atribuição de bolsas de frequência do Ensino Superior destinadas aos estudantes com incapacidade igual ou superior a 60%.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Nº de jovens beneficiárias/os	Parcialmente executada
29	Dinamização do sítio Balcão IncluiEs	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Sem indicador	Sem reporte
30	Alteração das condições de acesso para estudantes com necessidades específicas a partir do ano letivo 2018/19, através de duplicação de vagas na primeira fase do Concurso Nacional de Acesso e a abertura de um contingente especial na segunda fase do mesmo concurso, assim como Criação de condições preferenciais de acesso para estudantes com necessidades educativas especiais no acesso aos TeSP.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Sem indicador	Sem reporte
31	Criação de um portal agregador das informações relativas a residências de estudantes do ensino superior.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Elaboração do Portal.	Sem reporte

32	Criação de um Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior.	EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	Elaboração do Plano.	Cumprida
33	Dinamização da rede de sinalização no âmbito do programa Garantia Jovem". (GJ).	EMPREGO	Nº de pessoas jovens inativas sinalizadas na plataforma GJ até aos 30 anos.	Parcialmente executada
34	Apoio a projetos-piloto desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos e/ou consórcios que envolvam parceiros públicos.	EMPREGO	Nº de projetos apoiados	não cumprida
35	Execução da medida "Contrato emprego".	EMPREGO	Nº de aprovações para postos de trabalho ocupados por jovens até aos 30 anos.	Parcialmente executado
36	Execução da medida "Investe Jovem".	EMPREGO	Nº de jovens, até aos 30 anos, que criam o seu próprio emprego.	Parcialmente executado
37	Execução do Programa "Empreende Já".	EMPREGO	Nº de jovens que concluíram a ação 1 (formação).	Superada
38	Execução da medida estágios Profissionais <sup>24</sup> .	EMPREGO	Nº de estágios por jovens até aos 30 anos.	Superada
39	Execução do Programa de estágios Profissionais na Administração Central do Estado específico para os serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PEPAC -MNE), proporcionando, assim, uma experiência de trabalho em ambiente internacional.	EMPREGO	Nº de estagiárias/os admitidos.	Parcialmente executado
40	Execução do programa de Incentivo ao Desenvolvimento Associativo - IDA.	EMPREGO	Nº de estagiárias/os jovens.	Superada
41	Campanha de aproximação das pessoas jovens à Indústria.	EMPREGO	(A definir)	Parcialmente executado
42	Divulgação de concursos para carreiras internacionais (ou estágios) nas instituições da União Europeia e em organizações internacionais (através do sítio <a href="http://www.carreirasinternacionais.eu">www.carreirasinternacionais.eu</a> ), a par da realização de sessões de informação para jovens.	EMPREGO	Nº de estágios frequentados por ano.	Parcialmente executado
43	Divulgação das oportunidades de estágios e emprego no âmbito do novo programa "Corpo Europeu de Solidariedade" no sistema de informação a jovens do IPDJ, I.P. e da Agência Nacional Erasmus + para o Programa Juventude em Ação.	EMPREGO	Nº de publicações no Portal da Juventude.	Parcialmente executado
44	Divulgação de oportunidades nacionais no âmbito do emprego, experiências profissionais e empreendedorismo no sistema de informação a jovens do IPDJ, I.P.	EMPREGO	Nº de publicações no Portal da Juventude.	Superada
45	Divulgação de oportunidades de negócio, no âmbito de concursos públicos das instituições da UE e apoios financeiros europeus e nacionais (através do sítio <a href="http://www.opportunidadesdenegociaue.eu">www.opportunidadesdenegociaue.eu</a> ), a par da realização de sessões de informação para jovens.	EMPREGO	Nº de concursos/projetos ganhos por jovens empresárias/os, por ano.	Cumprida
46	Desenvolvimento de campanha, ao nível nacional, visando o (re)conhecimento da educação não formal como mecanismo de desenvolvimento de aprendizagens multifacetadas e fator de empregabilidade.	EMPREGO	Nº de ações.	Cumprida
47	Criação de medidas de ação positiva para jovens, incluindo linhas de apoio específicas, no âmbito da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo (StartUp Voucher, Vale Incubação, StartUp Momentum e StartUp Visa).	EMPREGO	Nº de Incubadoras e aceleradoras ativas em áreas emergentes de emprego de futuro.	Superada
48	Priorização de agregados familiares jovens no processo de atribuição de alojamentos do âmbito do Programa de Arrendamento Acessível (PAA).	HABITAÇÃO	Percentagem de contratos com titulares jovens (<35 anos) no âmbito do PAA.	Superada
49	Dar continuidade ao Programa Porta 65 Jovem: apoio ao arrendamento de habitações para residência, atribuindo uma percentagem do valor da renda como subvenção mensal.	HABITAÇÃO	Nº de agregados jovens apoiados.	Superada
50	Execução de medidas na área da Juventude e Desporto, no âmbito do Programa da Habitação ao Habitat: implementação de soluções de governança integradas, participadas e inovadoras em bairros de arrendamento públicos, com vista à melhoria global das condições de vida dos moradores (designadamente, grupos vulneráveis) e a uma maior coesão e integração socioterritorial destes bairros.	HABITAÇÃO	Nº de projetos piloto	Parcialmente executada

51	Realização de uma ação de formação para técnicas/os do IPDJ (Lojas e Balcões Ponto Já) sobre a Nova geração de Políticas para a Habitação.	HABITAÇÃO	Nº de ações de formação.	Cumprida
52	Realização de encontros regionais de informação e esclarecimento sobre as políticas de habitação para jovens.	HABITAÇÃO	Nº de encontros	Cumprida
53	Identificação e divulgação da oferta de apoio à habitação para jovens por parte do municípios.	HABITAÇÃO	Apresentação pública do resultado.	Cumprida
54	Realização de um inquérito sobre os serviços existentes, a enviar a todas as ARS e às regiões autónomas e proceder à disponibilização de um guia para a juventude com os serviços (horários respetivos, modo de acesso) do SNS, com atendimento para jovens.	SAÚDE	Prazo de apresentação dos resultados do inquérito	Parcialmente executada
55	Adequação das instalações de saúde e condições mais amigáveis para as pessoas jovens.	SAÚDE	Proporção de jovens entre os 15 e os 18 anos que realizaram uma consulta de vigilância de saúde.	Cumprida
56	Estabelecimento de mecanismos de deteção precoce e sinalização de jovens que enfrentem riscos para a saúde.	SAÚDE	Número de sinalizações de crianças e jovens em risco na Rede Nacional de Núcleos de Apoio à Criança e Jovem em Risco, ao abrigo do disposto na Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco Despacho Nº 31292/2018, de 5 de dezembro.	Cumprida
57	Renovação do Programa de Saúde Juvenil, criando o Programa "Cuidate 2.0".	SAÚDE	Data da publicação (2018)	Cumprida
58	Implementação das medidas do Programa de Saúde Juvenil do IPDJ, IP.	SAÚDE	Nº de jovens abrangidos.	Superada
59	Financiamento e/ou suporte técnico a estudos que permitam caracterizar os estilos de vida saudável e a identificação de boas práticas.	SAÚDE	Nº de estudos	Parcialmente executada
60	Elaboração de relatório de monitorização da implementação da educação para a saúde de adolescentes, designadamente a educação sexual e a área da prevenção dos consumos nocivos, com dados desagregados por sexo.	SAÚDE	Data da conclusão do relatório.	não cumprida
61	Desenvolvimento de atividades de acesso livre e gratuito para jovens no Dia Mundial da Atividade Física - "Dia Aberto no Jamor"	SAÚDE	Nº de jovens que frequentem o Dia Aberto no CDNJ.	Superada
62	Desenvolvimento de iniciativas para a promoção da prática de atividade física nas escolas de todo o país, no Dia Mundial de Atividade Física.	SAÚDE	Nº de Agrupamentos de Escolas que aderem à iniciativa .	Superada
63	Produção de alguns conteúdos para disseminação televisiva com conteúdos e linguagem direcionada para o público jovem.	SAÚDE	Data de produção.	Cumprida
64	Alimentação da Plataforma FITEscola - área de recursos.	SAÚDE	Nº de recursos desenvolvidos.	Superada
65	Monitorização das iniciativas do Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física que são direcionadas para jovens.	SAÚDE	Nº de iniciativas direcionadas para jovens.	Parcialmente executada
66	Realização de ações de sensibilização no âmbito do Programa "Escola Segura a estudantes do 7º ao 12º ano de escolaridade, com o objetivo de sensibilizar o público-alvo para a necessidade de prevenir os comportamentos de risco inerentes ao consumo de droga e álcool.	SAÚDE	Nº de jovens sensibilizadas/os.	Superada
67	Execução do Programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas».	AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Nº de jovens que participaram nas ações desenvolvidas por ano.	Parcialmente executada
68	Promoção do "Passe escolar" ou "Passe 4_18".	AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Nº de passes 4_18 vendidos, por ano.	Parcialmente executada
69	Promoção do "Passe sub_23".	AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Nº de passes sub_23 vendidos, por ano.	Parcialmente executada
70	Desenvolvimento de campanhas de promoção do uso de transportes ativos e sustentáveis para ser disseminada em redes sociais, em linha com o definido na Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020.	AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Nº de visualizações	Parcialmente executada

71	Execução do "Projeto 80", em linha com o definido na Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020 e com a Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania.	AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Nº de jovens envolvidos.	Cancelada
72	Criação de um concurso nacional de criatividade para jovens, alusivo aos ODS e à Agenda 2030, em linha com o definido na Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020.	AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Nº de participantes.	Parcialmente executada
73	Dar continuidade ao programa Da WAVE.	AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Nº de jovens integrados do Programa "WAVE", por ano.	Parcialmente executada
74	Delineação de um sistema de indicadores de juventude.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Prazo de apresentação pública do sistema de indicadores de juventude.	não cumprida
75	Criação de uma medida no OE para quantificar a despesa pública relacionada com políticas públicas de juventude, através da articulação entre entidade coordenadora do PO Educação e DGO.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Prazo de conclusão.	não cumprida
76	Execução dos Programas de Apoio ao Associativismo Jovem.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de candidaturas apoiadas.	Superada
77	Execução do Programa Formar+ - Medida 3.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de associações apoiadas.	Superada
78	Atribuição de declaração para o Estatuto de Dirigente Associativo.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de jovens beneficiadas/os	Superada
79	Celebração do Dia do Associativismo Jovem.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de associações de jovens envolvidas.	Cumprida
80	Atribuição de Prémios de Boas Práticas Associativas e de Voluntariado Jovem.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de associações apreciadas.	Superada
81	Atualização do Registo Nacional do Associativismo Jovem.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de novas associações	Superada
82	Desenvolvimento da Academia Líderes Ubuntu.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de jovens participantes.	Superada
83	Promoção de projetos para integração da perspetiva da IMH a nível local e regional.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Data de lançamento de concurso para projetos a nível local e regional, que visem aumentar a liderança e a participação cívica e política de mulheres e raparigas.	Cumprida
84	Dinamização da campanha sobre a proteção especial sobre os direitos das pessoas jovens "70Jà!".	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de ações realizadas.	Superada
85	Criação do Programa de voluntariado "70Jà!".	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de jovens participantes.	Parcialmente executada
86	Dinamização de iniciativas de Educação para os Direitos Humanos nas escolas, destinadas a pessoas jovens, no âmbito do Programa de Comemorações para os Direitos Humanos.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de agrupamentos de escolas envolvidos	Parcialmente executada
87	Dinamização de ações de sensibilização e educação para os Direitos Humanos online e offline, da literacia digital e do combate ao discurso de ódio online, reforçando as competências dos técnicos de juventude e jovens ativistas nas áreas da responsabilidade digital e combate ao discurso de ódio e discriminação.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de ações realizadas.	Superada
88	Realização de ações de sensibilização no âmbito do Programa "Escola Segura" destinadas a jovens, para conhecerem os seus direitos.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de jovens sensibilizadas/os.	Superada
89	Execução do Programa "Parlamento dos Jovens - Ensino Secundário"	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de escolas participantes.	Superada
90	Promoção de projetos de educação cívica para a Justiça e para o Direito dirigido a Jovens.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Concretização do protocolo.	não cumprida

91	Dinamização do Programa "Campos de Trabalho Internacionais"	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de jovens participantes nos CTI.	Superada
92	Execução do Programa "Agora Nós" - Geração Z e Curta Duração	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de jovens voluntárias/os.	Parcialmente executada
93	Dinamização do Orçamento Participativo Jovem Portugal.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de propostas apresentadas.	Parcialmente executada
94	Dinamização do Orçamento Participativo das Escolas.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de jovens participantes.	Parcialmente executada
95	Realização de Assembleias de Jovens Escolhas.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de jovens que participaram em Assembleias no âmbito do Programa Escolhas.	Superada
96	Dinamização de Conselhos Municipais de Juventude, por parte das Autarquias Locais.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de Conselhos Municipais de Juventude em funcionamento.	Superada
97	Criação de um programa de mobilidade nacional entre o território continental e insular, para jovens.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Lançamento do programa.	Sem reporte
98	Desenvolvimento de campanhas informativas e de sensibilização, especificamente dirigidas para o eleitorado jovem.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de campanhas desenvolvidas por ato eleitoral nacional, regional ou local.	Cumprida
99	Realização de sessões de informação e orientação específica sobre as medidas ativas do mercado de trabalho dirigidas às potenciais entidades interessadas em receber Técnicas/os de Juventude.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de sessões.	não cumprida
100	Programa Formar+ (medida 4) - formação contínua a Técnicas/os de Juventude.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de ações de formação desenvolvidas.	Cumprida
101	Incentivo à participação e presença de Técnicas/os de Juventude e de informação a jovens em ações de formação e projetos internacionais, nomeadamente no âmbito da ERYICA, da Eurodesk e Programa Erasmus+ Juventude em Ação.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de ações.	Superada
102	Dinamização das parcerias nacionais e internacionais ao nível da informação a jovens, nomeadamente no âmbito da cooperação com a ERYICA, tendo em conta a Carta Europeia de Informação para Jovens	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de ações.	Superada
103	Desenho e manutenção da plataforma de gestão de programas e de informação na área da Juventude.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Percentagem de programas abrangidos.	Superada
104	Lançamento de uma nova versão do Portal da Juventude e sua newsletter.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Data de entrada em produção.	Cumprida
105	Dinamização de perfis IPDJ, IP / Portal da Juventude nas redes sociais mais usadas pelas pessoas jovens.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de seguidores.	Superada
106	Implementação de campanhas digitais direcionadas para públicos específicos, tendo em conta os programas e iniciativas IPDJ ou em parceria.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de campanhas.	Superada
107	Estudo de necessidades de adaptação da rede de lojas ponto JA à s novas necessidades das pessoas jovens.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Data de conclusão do estudo.	Cumprida
108	Divulgação de programas, serviços e iniciativas da Administração Pública portuguesa direcionados para jovens, no âmbito da cidadania ativa, nomeadamente ao nível dos direitos e deveres, da defesa nacional, da objeção de consciência, da participação eleitoral e do associativismo.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de publicações.	Superada
109	Divulgação de oportunidades na área da mobilidade juvenil, nomeadamente, no âmbito do Programa Erasmus+, do CES, das Pousadas de Juventude e do Cartão Jovem.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de publicações.	Parcialmente executada
110	Dinamização do "Concurso Euroscola" em Portugal.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de escolas participantes.	Parcialmente executada
111	Ações de informação e sensibilização, no quadro da preparação da Presidência Europeia.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de ações	Sem reporte

112	Realização de aulas temáticas, mediante solicitação das escolas, para estudantes dos ensinos pré-escolar, básico, secundário e profissional.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de aulas realizadas por ano.	Cumprida
113	Promoção do ponto de acesso a informação da União Europeia <a href="http://www.eurocid.pt">www.eurocid.pt</a> que versa temas da agenda europeia, nomeadamente, sobre apoios financeiros, cidadania e cultura europeia, no Portal da Juventude.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de partilhas por ano, nos sítios de redes sociais.	Superada
114	Produção de conteúdos digitais (pedagógicos e informativos) destinados a jovens e constituição de dossiês digitais no Portal EuroCid, sobre educação, emprego, governança e participação, desenvolvimento sustentável na UE.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de conteúdos e dossiês produzidos.	Cumprida
115	Divulgação de boas práticas, no Portal EuroCid, na área da promoção da cidadania europeia junto da juventude e facilitar contactos com outras redes europeias ligadas a estas temáticas.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de boas práticas divulgadas.	Cumprida
116	Ações realizadas para promover a cidadania entre as pessoas jovens na diáspora.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de ações realizadas.	Cumprida
117	Criar um programa de intercâmbio internacional.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de intercâmbios realizados.	Cumprida
118	Medidas e ações que visem a prestação de apoio a jovens portuguesas/es nos consulados.	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº de medidas tomadas e de ações realizadas para apoiar jovens nos consulados.	Cumprida
119	Promoção de uma cobertura adequada da proteção social na população jovem (15 -29 anos).	GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO	Nº médio de jovens abrangidos pelo Abono de Família	Parcialmente executada
120	Execução do programa Sem Fronteiras.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de jovens abrangidas/os.	Parcialmente executada
121	Facilitação do relacionamento com jovens em situação vulnerável, propiciando um atendimento e acompanhamento individualizado, salvaguardando os direitos fundamentais e oportunidades de inclusão na sociedade.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Protocolos entre entidades envolvidas.	Sem reporte
122	Divulgação programas SEF em Movimento e SEF vai à Escola.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de parcerias locais.	Sem reporte
123	Dinamização de um Centro de Atividades do Programa Escolhas.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de jovens que usufruem do Centro de Atividades.	Parcialmente executada
124	Avaliação de impacto sucessivo do regime legal aplicável a jovens penalmente imputáveis, entre os 16 e os 21 anos, à luz das alterações introduzidas pela Lei Nº 94/2017, de 23 de agosto, em sede de execução de penas e das sanções alternativas à s medidas privativas de liberdade.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Elaboração de recomendações decorrentes da avaliação do regime.	não cumprida
125	Reforço do tratamento e divulgação dos dados estatísticos sobre jovens que pratiquem factos criminalmente relevantes.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Estudo anual das estatísticas sobre jovens que pratiquem factos criminalmente relevantes.	Cumprida
126	Desenvolvimento de ações de sensibilização especificamente subordinadas ao segmento de jovens migrantes e refugiadas/os.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de ações desenvolvidas.	Superada
127	Financiamento de projetos desenvolvidos por ONG e associações juvenis, através do Fundo de Asilo, Migração e Integração.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de projetos apoiados.	Superada
128	Clube Escolhas - Parceria do Programa Nacional de Desporto para Todos com o programa Escolhas	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de jovens envolvidos.	Parcialmente executada
129	Revisão dos critérios de avaliação de projetos no Programa Nacional de Desporto para Todos e Criação de quotas de investimento para medidas que visem a promoção da igualdade na integração e participação desportiva, incluindo a promoção da prática desportiva de rapazes em modalidades onde estes estejam subrepresentados e a de raparigas em modalidades onde estas estejam subrepresentadas.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de projetos apoiados	Superada
130	Desporto Escolar +: Premiar as melhores escolas e estudantes envolvidas/os (com majoração de projetos que visem a promoção da prática desportiva de rapazes em modalidades onde estes estejam	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº escolas apoiadas	Superada

	subrepresentados e a de raparigas em modalidades onde estas estejam subrepresentadas			
131	Criar uma competição semestral para que jovens selecionados possam competir com jovens de outros estabelecimentos prisionais em 2 modalidades desportivas (andebol e outra individual que deverá ir ao encontro das preferências do público-alvo e/ou parcerias com federações desportivas).	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de competições anuais.	Superada
132	Implementação de projetos desportivos, tecnicamente enquadrados, envolvendo jovens nos diversos papéis de agentes desportivos (atletas, treinadores, dirigentes, árbitros).	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de grupos / equipas implementadas pelos projetos	Superada
133	Alteração da periodicidade do Prémio Jovens pela Igualdade a associações juvenis que promovem a IMH, de modo a torná-lo anual.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de associações premiadas.	Cumprida
134	Formação de técnicos/as de juventude e profissionais da área da juventude em IMH, designadamente no âmbito do "Formar+".	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de ações de formação	não cumprida
135	Desenvolvimento de ações com associações de estudantes do ensino superior e associações de jovens para a promoção da IMH.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de iniciativas desenvolvidas	Parcialmente executada
136	Implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) no que se refere aos domínios da "Igualdade de Género" e da "Interculturalidade" e promoção das temáticas da violência contra as mulheres e violência doméstica, das práticas tradicionais nefastas, e da discriminação em razão do sexo, origem racial e étnica, da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais, na ENEC.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de docentes formadas/os (correspondente a 1 docente por agrupamento - Coordenador/a da ECE)	Parcialmente executada
137	Execução da ação de voluntariado, ao abrigo do programa Agora Nós, Namorar com Fair Play.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de jovens voluntárias/os.	Parcialmente executada
138	Ações de sensibilização através do programa "Escola Segura", destinadas a estudantes do 7.º ao 12.º ano de escolaridade.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de jovens sensibilizadas/os.	Superada
139	Dinamização de ações de informação /sensibilização no âmbito da diversidade cultural junto das associações juvenis, através da celebração de protocolo entre o ACM, I.P. e o IPDJ, I.P.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Número de horas de formação ministrada a jovens formandas/os.	Superada
140	Execução do Programa "JUNTOS POR TODOS".	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	(Sem indicador)	Cumprida
141	Distribuição dos Guiões de Educação, Género e Cidadania aprovados para os vários níveis e ciclos de ensino, em todos os estabelecimentos de ensino, e formação sobre os mesmos para docentes de todos os grupos disciplinares e de todos os ciclos de ensino, no quadro do Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de ações de formação contínua acreditadas sobre Igualdade, Género e Educação, para docentes e outros grupos profissionais de educação.	Superada
142	Desenvolvimento de projetos de Educação para o Desenvolvimento que integram a perspetiva da Igualdade entre Mulheres e Homens.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de projetos identificados no relatório anual de acompanhamento.	Parcialmente executada
143	Realização de ações de formação sobre integração da perspetiva da Igualdade entre Mulheres e Homens no trabalho desenvolvido nas escolas.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Protocolo entre a CIG e a DGAEP para formação de pessoal não docente (assistentes operacionais, assistentes técnicos/as e psicólogos/as) em IMH.	Parcialmente executada
144	Integração da IMH na formação de docentes e outros/as profissionais de educação.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Protocolos entre a CIG e escolas superiores de educação celebrados.	Superada
145	Elaboração de um guia de implementação de sistemas de prevenção e combate à homofobia, bifobia, transfobia e interfobia no ensino básico, secundário e profissional produzido.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Data de apresentação do Guia.	Parcialmente executada
146	Produção de documentos de apoio sobre Igualdade entre Mulheres e Homens nas duas primeiras décadas de vida.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de documentos produzidos.	Superada
147	Concurso para a promoção de programas e mecanismos de prevenção e estratégias de apoio a crianças e jovens, ao nível da prevenção primária e secundária.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Data de lançamento do concurso.	Parcialmente executada
149	Criação de uma plataforma para a promoção de parcerias, partilha e harmonização de metodologias no âmbito de projetos para a prevenção da violência no namoro	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL		Parcialmente executada

148	Desenvolvimento de projeto para a promoção de masculinidades não violentas em Centros Educativos (CE) e escolas.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Data de lançamento do projeto.	Cumprida
150	Produção de orientação técnica para a intervenção com crianças e jovens acompanhados/as e/ou acolhidos/as na RNAVVD concebida e divulgada.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Data de conclusão.	Cumprida
151	Realização de encontros e iniciativas de informação e de encontros de/com lideranças religiosas das comunidades de risco sobre MGF, casamentos infantis e direitos das raparigas e mulheres, e envolvendo a rede de estudantes da CPLP.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Nº de encontros/iniciativas realizadas.	Superada
153	Desenho de um modelo de sinalização e proteção de vítimas em Portugal e em viagem para países com prática de MGF e casamentos infantis, precoces e forçados.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Data de conclusão.	Cumprida
154	Atualização da orientação sobre MGF destinada a profissionais de saúde.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Data de conclusão.	Parcialmente Executada
155	publicação do relatório de reformulação da Plataforma de Dados em Saúde, integrando as recomendações produzidas no estudo de prevalência da MGF em Portugal.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Data de publicação.	Cumprida
156	Atualização das orientações destinadas a profissionais de OPC e CPCJ.	IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL	Data de conclusão das orientações.	Cumprida
157	Criação de uma escola móvel de trânsito, como forma de promover o Júnior Seguro.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de iniciativas junto de escolas.	Superada
158	Dinamização de ações de sensibilização no âmbito da prevenção rodoviária junto de jovens, na qualidade de peões e condutores, focando as principais causa de atropelamento e na utilização correta e apropriada das infraestruturas de atravessamento das vias rodoviárias.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de ações realizadas	Superada
159	Dinamização de ações de sensibilização sobre sinistralidade com veículos de duas rodas motorizados, junto de jovens com idade igual e superior a 14 anos.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de ações realizadas.	Superada
160	Dinamização de ações de sensibilização de combate à condução sob a influência de substâncias psicoativas, nomeadamente de álcool, de substâncias psicotrópicas junto de jovens com 14 ou mais anos de idade.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de ações realizadas.	Superada
161	Garantir a continuidade no desenvolvimento do Programa Escola Segura.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	(Sem indicador)	Cumprida
162	Elaboração de diagnóstico das áreas de maior incidência de atos violentos.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Produção de relatório anual.	Parcialmente executada
163	Conceção de modelo de intervenção recorrendo, entre outras, a metodologias de educação não formal.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Existência do modelo.	Cumprida
164	Alargar a implementação da nova geração dos contratos locais de segurança em articulação com os municípios.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de Contratos Locais de Segurança.	Superada
165	Incrementar as ações sobre os efeitos nocivos do álcool e suas implicações na vertente securitária.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de ações realizadas.	Superada
166	Participação dos jovens no exercício anual realizado a 13 de outubro.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de concorrentes.	Parcialmente executada
167	Concurso anual em que as escolas se candidatam com trabalhos no âmbito da proteção civil, incentivando a originalidade e a criatividade na exploração dos temas relacionados com a temática da proteção civil.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de concorrentes.	não cumprida
168	Criação dos Clubes de Proteção Civil nas escolas.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de Clubes de Proteção Civil constituídos e com atividade regular.	Parcialmente executada
169	Produção de recursos didático-pedagógicos sobre riscos e hábitos de segurança, com vista à interiorização, por jovens, de comportamentos adequados em situações de emergência.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de recursos didático-pedagógicos produzidos.	Superada
170	Execução de ações de informação e sensibilização sobre riscos e comportamentos de autoproteção junto da comunidade escolar.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de ações realizadas.	Superada
171	Dinamização de ações de sensibilização sobre a importância da segurança subjetiva e objetiva.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	(Sem indicador)	Cumprida
172	Criação de um jogo virtual/aplicação com temas relacionados com a segurança.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	(Sem indicador)	Cumprida
173	Realização de ações de formação e sensibilização em ambiente escolar, envolvendo metodologias de educação não formal.	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Nº de ações desenvolvidas.	Superada

174	Atribuição de um Prémio de instalação a Jovens Agricultoras/es (Operação 3.1.1 - Jovens Agricultores, no âmbito do PDR2020).	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Nº de Jovens Agricultoras/es apoiadas/os	Superada
175	Apoio ao investimento na exploração agrícola, promovido por JA, no âmbito do PDR2020: 3.1.2 - Investimento de Jovens Agricultores na Exploração Agrícola (criada em abril 2018)	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Nº de Jovens Agricultoras/es apoiadas/os.	Superada
176	Monitorizar a presença de medidas de ação positiva nos critérios de seleção dos projetos de investimento submetidos por JA.	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Nº de concursos com medidas de ação positiva para jovens.	Superada
177	Pagamento anual a Jovens Agricultoras/es - complementar a jovens detentores de direitos de pagamento base ativados no pedido.	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Nº de Jovens Agricultoras/es apoiadas/os.	Superada
178	Priorização de Jovens Agricultoras/es, no acesso à reserva de direitos de pagamento, no caso de se tratar de uma 1ª instalação numa exploração agrícola.	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Nº de Jovens Agricultoras/es com direitos atribuídos.	Superada
179	Concessão de preferência a jovens no acesso às terras disponibilizadas na Bolsa Nacional de Terras.	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Percentagem de terras a concurso cedidas a Jovens Agricultoras/es.	não cumprida
180	Definição de um conjunto de incentivos orientados para atrair e fixar jovens nas regiões rurais, no âmbito do Estatuto do Jovem Empresário Rural (JER).	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Nº de Jovens Agricultoras/es beneficiadas/os.	Cumprida
181	Atribuição do Estatuto da Agricultura Familiar, o qual permitirá o reconhecimento como "agricultor familiar" aos jovens que reúnam as condições para tal, beneficiando dos respetivos apoios.	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Percentagem de reconhecimentos atribuídos a Jovens Agricultoras/es.	Parcialmente executada
182	Atribuição de apoios às entidades formadoras, públicas ou privadas, para dinamização de ações de formação base destinadas a Jovens Agricultoras/es (Operação 2.1.1 Ações de Formação do PDR2020).	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Nº de Jovens Agricultoras/es formadas/os.	Parcialmente executada
183	Criação do Portal da Inovação na Agricultura, facilitador de contacto do setor com o conhecimento produzido no Sistema Científico e Tecnológico Nacional.	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Percentagem de visitas ao Portal da Inovação por jovens.	Parcialmente executada
184	Dinamização da Agenda de Inovação do MAFDR, através da implementação dos Grupos Operacionais da parceria europeia para a inovação e sustentabilidade agrícola.	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Percentagem de atividades de divulgação desenvolvidas pelos Grupos Operacionais, com o envolvimento de jovens.	Superada
185	Dinamização de ações de informação, sensibilização e educação junto das pessoas jovens, sobre o consumo de álcool.	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Nº de programas financiados que incluem estas ações.	Parcialmente executada
186	Execução do programa "Jovens Criadores".	CULTURA	Nº de Candidaturas.	Superada
187	Promoção de residências artísticas para jovens. (Também em articulação com o programa das Residências Artísticas no âmbito do protocolo ME/OPART, para 2019).	CULTURA	Nº de residências artísticas dirigidas a jovens que foram desenvolvidas.	Superada
188	Promoção de oficinas criativas para jovens. (Também em articulação com o programa das Residências Artísticas no âmbito do protocolo ME/OPART, para 2019).	CULTURA	Nº de participantes em oficinas criativas dirigidas a jovens, realizadas nas instalações da entidade.	Superada
189	Incentivo à circulação de autores e de criações artísticas nos espaços que as/os jovens mais frequentam.	CULTURA	Nº de ações desenvolvidas pelos criadores artísticos nos espaços que as/os jovens mais frequentam.	Superada
190	Realização de concursos para a atribuição de bolsas, Prémios ou acesso a oficinas criativas ou promoção de residências/estágios, com especial atenção a criadores com necessidades especiais, em entidades do setor quer sejam publicas ou privadas.	CULTURA	Aumento do Nº de jovens em estágio ou integradas/os profissionalmente em entidades beneficiárias dos apoios às artes ou indústrias criativas.	Parcialmente executada

191	Desenvolvimento de iniciativas de apoio à internacionalização de jovens criadoras/es portuguesas/es.	CULTURA	Nº de iniciativas no estrangeiro que contaram com a participação de jovens criadoras/es portuguesas/es.	Superada
192	Apoio às indústrias criativas com formação e Capacitação em gestão de carreiras e projetos (competências de gestão e de comunicação).	CULTURA	Nº de ações de formação (Capacitação e valorização) para jovens artistas em nome individual.	Superada
193	Fomento da presença do setor da cultura nas feiras de emprego.	CULTURA	Nº de jovens que procuraram informação sobre saídas profissionais no setor cultural.	Cumprida
194	Identificação de áreas formativas ligadas às funções de bastidores, promovendo o acesso aos diferentes espaços de criação, com visitas técnicas aos equipamentos culturais, e a participação em dias abertos nas Instituições de Ensino Superior.	CULTURA	Nº de jovens que durante o ano realizaram visitas técnicas a equipamentos culturais.	Superada
195	Organização de ações de visionamento e projetos de apoio à produção de filmes e documentários sobre o Património, a Leitura e as Artes, designadamente Festivais de cinema documental, destinadas a pessoas jovens.	CULTURA	Nº de ações de visionamento de filmes e documentários sobre o Património, a Leitura e as Artes	Parcialmente executada
196	Realização de leituras - dramatizadas ou não - nos espaços patrimoniais e culturais.	CULTURA	Nº de jovens que assistiram a sessões de leituras que decorreram em espaços patrimoniais e culturais.	Parcialmente executada
197	Promoção de espetáculos, mostras ou outras iniciativas direcionadas ao público jovem, nos diversos espaços culturais.	CULTURA	Nº de ações (iniciativas/sessões) de promoção de atividades culturais (espetáculos, mostras ou outras iniciativas culturais) desenvolvidas para público jovem.	Superada
198	Desenvolvimento dos seguintes referenciais: - Igualdade de Género	DEFESA	Versão preliminar do Plano de Educação para a Cidadania ao nível da Defesa Nacional.	Medida cancelada
199	Realização das sessões de sensibilização / esclarecimento relativas às temáticas da Educação para a Cidadania no âmbito da Defesa Nacional.	DEFESA	Nº de sessões.	Medida cancelada
200	Conceção curricular do módulo formativo de acordo com os requisitos definidos pelo CESD.	DEFESA	Elaboração do esboço inerente aos conteúdos formativos do módulo de ambiente e defesa.	Parcialmente executada
201	Identificação dos militares em RV e RC existentes em cada área funcional / especialidade.	DEFESA	Apresentação do protótipo de instrumento do Guia Militar para a Qualificação (GMQ) à Defesa Nacional	Parcialmente executada
202	Caracterização dos cursos de formação inicial desenvolvidos pelos Ramos.	DEFESA	Apresentação do protótipo de instrumento do Guia Militar para a Qualificação (GMQ) à Defesa Nacional	Parcialmente executada
203	Análise dos referenciais de formação, de carácter transversal, que apresentam um maior grau de aproximação com os correspondentes referenciais integrados no mercado de trabalho civil.	DEFESA	Apresentação do protótipo de instrumento do Guia Militar para a Qualificação (GMQ) à Defesa Nacional	Parcialmente executada
204	Construção de uma solução digital que permita aos militares e entidades empregadoras o apoio na definição de percursos qualificantes e de mecanismos complementares de formação, qualificação e de reconversão profissional.	DEFESA	Apresentação do protótipo de instrumento do Guia Militar para a Qualificação (GMQ) à Defesa Nacional	Parcialmente executada
205	Execução do Programa "Defesa Qualifica" que visa apoios financeiros para facilitar o acesso a formação.	DEFESA	Nº de candidatas/os participadas/os.	Parcialmente executada
206	Execução do Programa "Defesa Qualifica" que visa o estabelecimento de protocolos para facilitar o acesso à formação.	DEFESA	Nº de protocolos estabelecidos.	Parcialmente executada

207	Execução do Programa "Defesa Qualifica+" que permite a candidatura a um subsídio para pagamento de propinas, nas condições previstas no Regulamento de Incentivos.	DEFESA	Nº de candidatas/os participados.	Superada
208	Execução do Programa "Defesa Qualifica+" que prevê condições especiais de acesso previstas nos protocolos estabelecidos com Estabelecimentos de Ensino Superior.	DEFESA	Nº de protocolos estabelecidos.	Parcialmente executada
209	Elaboração de novo Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar.	DEFESA	publicação de novo diploma legal.	Cumprida
210	Estabelecimento de protocolo no sentido de assegurar a participação do IPDJ, IP nas atividades do Dia da Defesa Nacional.	DEFESA	Assinatura do Protocolo.	Não cumprida
211	Partilha dos dados resultantes dos questionários aplicados no Dia da Defesa Nacional, com vista a contribuir para a produção de políticas de juventude, baseadas em evidências.	DEFESA	Nº de relatórios partilhados.	Cumprida
212	Disseminação da Resolução 2250 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas junto de jovens, organizações de juventude e escolas.	DEFESA	Nº de ações de divulgação concretizadas.	Cumprida
213	Titulares do Cartão de Utente (até 18 anos) do Centro Desportivo Nacional do Jamor têm um desconto de 50% sobre as taxas em vigor relativas a serviços de natureza desportiva, aos fins de semana.	DESPORTO	Nº de utilizadores com cartão de utente jovem.	Superada
214	Organização da Semana Europeia do Desporto.	DESPORTO	Nº de pessoas alcançadas pela mensagem #BeActive.	Superada
215	Organização do "Dia Europeu do Desporto Escolar".	DESPORTO	Nº de escolas participantes.	Superada
216	Desenvolvimento de indicadores de majoração de candidatura ao nível do Financiamento das federações desportivas.	DESPORTO	Nº de jovens federados.	Parcialmente executada
217	Promoção dos centros de formação desportiva (CFD).	DESPORTO	Nº de CFD.	Superada
218	Programa de Desporto Escolar 2017 - 2021.	DESPORTO	Nº de grupos - equipa constituídos nos escalões de juvenis, juniores e vários-misto.	Superada
219	Dinamização das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento nas Escolas (UAARE).	DESPORTO	Nº de atletas jovens abrangidos pelas UAARE.	Superada
220	Apoio à Federação Académica de Desporto Universitário na prossecução de atividades regulares e eventos desportivos.	DESPORTO	Nº de atletas no desporto universitário.	Parcialmente executada
221	Criação de estatuto de estudante-atleta (publicação de diploma).	DESPORTO	Data de publicação do diploma.	Cumprida
223	Implementação de Prémio anual para a instituição de ensino superior que apresente o melhor programa de promoção de atividade física e desportiva (com indicadores de promoção do desporto feminino, inclusão social das pessoas com deficiência, estudantes em situação socioeconómica desfavorecida, estudantes com necessidades específicas)	DESPORTO	Nº de candidaturas.	não cumprida
224	U-Active Award: troféu com a finalidade de reconhecer projetos académicos de jovens que visem a promoção da atividade física e desporto no ensino superior.	DESPORTO	Nº de grupos inscritos.	Parcialmente executada
225	Dinamização de ações, campanhas e projetos que visem a promoção da ética no desporto, para pessoas jovens, no âmbito do Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED).	DESPORTO	Nº de ações PNED para jovens.	Superada
226	Dinamização de ações, de formação e campanhas especificamente direcionadas, em conteúdo e forma de comunicação, para pessoas jovens, no âmbito do PNED.	DESPORTO	Nº de ações PNED para jovens.	Cancelada
227	Campanha nas redes sociais para a sensibilização de jovens para o desempenho de funções de dirigentes desportivos.	DESPORTO	Nº de visualizações.	Parcialmente executada
228	Criação, de acordo com os pré-requisitos, de quotas para a participação de jovens nos cursos de formação de treinadores, juizes, árbitros e dirigentes desportivos.	DESPORTO	Nº de jovens que ingressam nos cursos.	Cumprida
229	Desenvolvimento de plataforma informática de registo único e integrado, de âmbito nacional, de processos de qualquer natureza, relativos a crianças e jovens, abrangendo as CPCJ, o Ministério Público e os Tribunais.	JUSTIÇA	Diagnóstico de situação atual dos sistemas existentes.	não cumprida
230	Consideração do enquadramento do sistema de mediação tutelar educativa (SMTE) no contexto dos sistemas públicos de mediação geridos pela Direção-Geral da Política de Justiça.	JUSTIÇA	Elaboração de recomendações decorrentes da análise realizada.	não cumprida

231	Regulamentação do Sistema de Mediação Tutelar Educativa, definindo quem pode realizar a mediação, seja da responsabilidade de entidades privadas, seja através do sistema de mediação pública.	JUSTIÇA	Relatório de diagnóstico e recomendações, considerando a análise do trabalho realizado em 2010 e estratégia a desenvolver.	não cumprida
232	Reforço da Capacitação dos recursos humanos da rede social de apoio à implementação de medidas alternativas às privadas de liberdade.	JUSTIÇA	Nº de Estados Língua Oficial Portuguesa abrangidos.	Parcialmente executada
233	Realização de um estudo por entidade universitária sobre o "Estado da Arte" relativamente ao fenómeno em centro educativo e em estabelecimento prisional.	JUSTIÇA	publicação do estudo.	Medida cancelada
234	Desenvolvimento de instrumentos e manuais técnicos / procedimentos de atuação preventiva e reativa a situações consideradas de risco.	JUSTIÇA	Um instrumento de avaliação / deteção precoce de situação de risco de recrutamento.	Medida cancelada
235	Realização de ações de formação / Capacitação de profissionais da DGRSP.	JUSTIÇA	Capacitação de 800 profissionais da DGRSP com conhecimentos específicos na matéria em causa.	Medida cancelada
236	Promoção do programa "Mar dos pequeninos"	MAR	Nº de estudantes.	Cancelada
237	Realização de visitas de estudo para escolas.	MAR	Nº de estudantes.	Superada
238	Realização de palestras e visitas de estudo para escolas.	MAR	Nº de estudantes.	Superada
239	Atribuição de Prémio Mário Ruivo: Gerações Oceânicas.	MAR	Nº de candidaturas.	Parcialmente executada
240	Implementação do projeto "Ler+ Mar"	MAR	Nº de candidaturas aprovadas.	Parcialmente executada
241	Realização de visitas de estudo a lotas.	MAR	Nº de visitas.	Parcialmente executada
242	Organização de palestras sobre o circuito do pescado.	MAR	Nº de palestras.	Superada
243	Dinamização do programa "Ocupação Científica de Jovens nas Férias"	MAR	Nº de estágios.	Parcialmente executada
244	Dinamização da iniciativa "A minha primeira experiência no mundo do trabalho".	MAR	Nº de estágios.	Parcialmente executada
245	Realização de jornadas de orientação profissional para promoção da cultura do mar.	MAR	Nº de estudantes.	Parcialmente executada
246	Integração das qualificações da náutica de recreio e profissionais nos cursos de formação profissional destinados a jovens nos diferentes domínios da economia do mar.	MAR	Nº de estudantes.	Cumprida
247	Promoção de cursos de qualificação profissional de nível pós-secundário, que integrem competências marítimas e as áreas de ambiente marinho e turismo náutico.	MAR	Nº de estudantes.	Parcialmente executada